



# relatório BASES 2011

Versão Completa

# Administração

## Diretoria Executiva

Presidente

Ednaldo Moitinho Alves

Diretor Administrativo e Financeiro

Erenaldo de Sousa Brito

Diretor de Seguridade

Ednaldo Moitinho Alves

## Conselho Deliberativo

José Aziz Raimundo Filho - Presidente

Ezequiel dos Anjos

Antônio Alberto Pinto Brandão de Souza

Frederico Sidney Vaz Porto Cox

Vanise Vieira do Nascimento

## Conselho Fiscal

Dirlene Rios da Silva - Presidente

Lauzimar Gomes Lima

Silvadir Duarte Amazonas Pedroso

Marlene de Jesus Nascimento (suplente)

Odeval Fonseca Araújo (suplente)

# MENSAGEM dos participantes

Estamos publicando nosso Relatório Anual de Informações referente ao ano de 2011. Muito além do cumprimento de uma exigência legal, ele representa transparência na prestação de contas da gestão da BASES.

O ano de 2011 foi marcado por acontecimentos importantes para a nossa Entidade. A comemoração de 25 anos de existência da BASES é motivo de imenso orgulho para todos nós, principalmente porque a Fundação já provou que é uma instituição sólida.

Outro fator relevante em 2011 foi que a BASES encerrou o ano com aproximadamente R\$753 milhões em recursos garantidores nos dois planos que administra. Sendo que o Plano Básico possui cerca de R\$535 milhões em recursos e o Plano Misto, R\$217 milhões.

Se comparado a 2010, houve uma evolução de 5,09%, que corresponde a R\$ 36,5 milhões a mais. Mesmo sendo uma evolução modesta, devemos considerá-la importante, sobretudo se levarmos em conta que 2011 foi um ano de grande volatilidade no mercado financeiro mundial, influenciado pelas crises nos EUA e Europa.

Os resultados obtidos em 2011 são consequência da ação conjugada entre uma administração responsável e a dedicação do corpo funcional da BASES, comprometidos em proporcionar aos participantes o melhor desempenho.

Para 2012, a Diretoria Executiva e Conselhos Deliberativo e Fiscal continuarão trabalhando para garantir as melhores práticas de gestão da nossa Entidade. Sua participação é fundamental nessa trajetória. Tenha certeza de que a BASES não administra apenas Planos de Benefícios. Mais do que isso, ela administra segurança e tranquilidade para sua vida e de sua família. ■

A Direção

A BASES encerrou o exercício de 2011 com 2.254 participantes. Entre esses, 883 são ativos e 1.371, assistidos. A tabela abaixo mostra a divisão do quadro de participantes por Plano de Benefícios.

PLANO BÁSICO		
PARTICIPANTES/ANO	2011	2010
Ativos	153	162
Assistidos	1.132	1.130
<b>TOTAL DO PLANO BÁSICO</b>	<b>1.285</b>	<b>1.292</b>
PLANO MISTO		
PARTICIPANTES/ANO	2011	2010
Ativos	730	769
Assistidos	239	233
<b>TOTAL DO PLANO MISTO</b>	<b>969</b>	<b>1.002</b>
<b>TOTAL DE PARTICIPANTES</b>	<b>2.254</b>	<b>2.294</b>

Durante o ano, foram concedidas 39 aposentadorias, sendo 8 pelo Plano Básico e 31 pelo Misto. 8 pensões por morte foram concedidas pelo Plano Básico.

A BASES devolveu 36 Reservas de Poupança, sendo 3 pelo Plano Básico e 33 pelo Misto, totalizando um valor de R\$ 4.207.188,72.

As despesas previdenciais com a folha de benefícios no ano de 2011 foram de R\$ 40.796.581,27. A folha do Plano Básico totalizou R\$ 35.093.104,37 e a folha do Plano Misto, R\$ 5.703.476,90. Pela tabela abaixo, que apresenta a comparação entre os anos de 2010 e 2011, observa-se que as despesas aumentaram em R\$ 3.926.146,17.

PLANO BÁSICO			PLANO MISTO		
TIPO	2011	2010	TIPO	2011	2010
	VALOR (R\$ mil)	VALOR (R\$ mil)		VALOR (R\$ mil)	VALOR (R\$ mil)
Tempo de Serviço	24.675.073,46	23.508.920,96	Tempo de Serviço	740.325,11	523.669,06
Idade	92.459,52	114.168	Pré-Invalidez	532.844,72	561.542,69
Invalidez	5.875.962,20	5.535.633,93	Invalidez	4.185.735,86	2.015.292,41
Pensão	4.449.609,19	3.957.634,23	Pensão	244.571,21	228.672,41
<b>TOTAL</b>	<b>35.093.104,37</b>	<b>33.116.357,29</b>	<b>TOTAL</b>	<b>5.703.476,90</b>	<b>3.329.176,57</b>

Os recursos dos planos são representados pelas contribuições dos patrocinadores, participantes (ativos e autopatrocinados) e assistidos, bem como pelos rendimentos financeiros resultantes das aplicações desses recursos em investimentos.

O total de contribuições recebidas pela BASES em 2011 foi R\$ 5.968.377,56. Os participantes foram responsáveis por 66% delas, R\$ 3.888.621,00. A parte patronal arcou com R\$ 2.079.756,56. Abaixo, as tabelas demonstram a divisão das contribuições, comparando os anos de 2010 e 2011.

PLANO BÁSICO			PLANO MISTO		
CONTRIBUIÇÕES	2011	2010	CONTRIBUIÇÕES	2011	2010
	VALOR (R\$ mil)	VALOR (R\$ mil)		VALOR (R\$ mil)	VALOR (R\$ mil)
Ativos	288.546,91	245.913,75	Ativos	1.839.534,63	1.708.710,25
Assistidos	1.760.539,46	1.554.829,25	Patronal	1.252.912,23	1.202.416,13
Patronal	706.316,70	565.038,09	<b>TOTAL DO PLANO MISTO</b>	<b>3.092.446,86</b>	<b>2.911.126,38</b>
<b>TOTAL DO PLANO BÁSICO</b>	<b>2.755.403,07</b>	<b>2.365.781,09</b>	<b>TOTAL DE CONTRIBUIÇÕES</b>	<b>5.847.849,93</b>	<b>5.276.907,47</b>

## Investimentos

Os investimentos consolidados da BASES atingiram, em dezembro de 2011, o montante de aproximadamente R\$753.461. A carteira da Entidade é composta preponderantemente de investimentos no segmento de renda fixa. Nesse mesmo período o portfólio estava distribuído da seguinte forma: 92,85% no segmento de renda fixa, que possui cotas de renda variável, correspondendo a 6,20% do segmento; 0,01% no segmento de renda variável; 5,48% no segmento Imobiliário; e 1,66% no segmento de empréstimos a participantes.

### Demonstrativo de Investimentos

Os ativos dos Planos de Benefícios da Entidade e do Plano de Gestão Administrativa (PGA), são aplicados de acordo com a Política de Investimentos aprovada pelo Conselho Deliberativo, em conformidade com a Resolução CMN nº 3792, de 24.09.2009, e estão assim distribuídos:

PLANO BÁSICO		Em R\$ MIL	
ANO			
SEGMENTO	2011	2010	
Certificados Privados e Depósitos	26.911	17.312	
Ações	92	1.337	
Fundos de Investimentos	460.083	455.071	
Investimentos Imobiliários	41.307	29.876	
Empréstimos	7.014	6.681	
<b>TOTAL DO PLANO BÁSICO</b>	<b>535.407</b>	<b>510.277</b>	
PLANO MISTO		Em R\$ MIL	
ANO			
SEGMENTO	2011	2010	
Certificados Privados e Depósitos	-	6.813	
Ações	-	526	
Fundos de Investimentos	212.566	193.778	
Empréstimos	5.173	5.100	
<b>TOTAL DO PLANO MISTO</b>	<b>217.739</b>	<b>206.217</b>	
PGA		Em R\$ MIL	
ANO			
SEGMENTO	2011	2010	
Certificados Privados e Depósitos	473	9.323	
Fundos de Investimentos	11.045	-	
<b>TOTAL DO PGA</b>	<b>11.518</b>	<b>9.323</b>	
<b>TOTAL DE INVESTIMENTOS</b>	<b>764.664</b>	<b>725.817</b>	

### Rentabilidade

A rentabilidade do **Plano Básico** no ano de 2011 foi de 11,68%, contra uma necessidade atuarial (INPC+5% a.a.) de 11,38% no mesmo período, performando acima da meta no ano em 0,27%. Este desempenho foi influenciado também pela reavaliação da carteira de imóveis.

No **Plano Misto** a rentabilidade foi de 9,25%, contra uma necessidade atuarial (IGPM+5% a.a.) de 10,36% no mesmo período, performando, assim, abaixo da meta atuarial no ano em 1,01%. Esse desempenho foi influenciado pela exposição em cotas de renda variável dos fundos de investimentos, que

fazem parte da carteira de renda fixa da BASES.

A rentabilidade do Plano de Gestão Administrativa (PGA) foi de 13,39%. Esse desempenho, superior ao dos planos de benefícios, se deve ao fato de o PGA não ter sofrido com as variações da Renda Variável, pois seus recursos estão todos aplicados no segmento de Renda Fixa.

A BASES sempre procurou maximizar sua rentabilidade, utilizando todos os instrumentos possíveis oferecidos pelo mercado, para a boa condução dos seus negócios, mantendo sempre o seu perfil conservador e buscando a preservação dos recursos garantidores das reservas técnicas dos respectivos planos de benefícios.

## Política de Investimentos

A Política de Investimentos estabelece as diretrizes para a gestão dos recursos e as estratégias das aplicações dos investimentos.

No quadro abaixo encontra-se o enquadramento dos limites e a aderência dos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas à Política de Investimentos adotada no ano de 2011.

SEGMENTOS	RES. 3.792	POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2011		BASES – Dezembro / 2011	
	LIMITES	LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR	R\$	%
Renda Fixa	100,00%	0,00%	100,00%	699.622.995,32	92,85
Renda Variável	70,00%	0,00%	70,00 %	91.575,00	0,01
Investimento Estrangeiro	20,00%	0,00%	20,00%	0,00	0,00
Investimento no Exterior	10,00%	0,00%	10,00%	0,00	0,00
Imóveis	8,00%	0,00%	8,00%	41.253.809,86	5,48
Empréstimo a Participantes	15,00%	0,00%	15,00%	12.493.246,19	1,66
<b>TOTAL</b>				<b>753.461.626,37</b>	<b>100,00</b>

## Quadro Resumo da Política de Investimentos para 2012

<b>Entidade Fechada de Previdência Complementar:</b> Fundação Baneb de Seguridade Social - BASES			
<b>Período de Referência:</b> 01/2012 a 12/2012			
<b>Ata do Conselho Deliberativo   Data de Aprovação:</b> Ata n.º242   25/11/2011			
<b>Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado:</b> Erenaldo de Sousa Brito/Diretor Administrativo e Financeiro da Entidade.			
<b>PLANO BÁSICO</b> CNPB: 19.860.002-65 Meta Atuarial: Indexador - INPC   Taxa de Juros - 5,00%			
<b>PLANO MISTO</b> CNPB: 19.980.037-11 Meta Atuarial: Indexador - IGP-M   Taxa de Juros - 5,00%			
<b>PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA)</b> Índice de Referência: Indexador - INPC   Taxa de Juros - 5,00%			
ALOCÇÃO DE RECURSOS	MARGEM DE ALOCAÇÃO		
	MÍNIMA	MÁXIMA	ALVO
Renda Fixa	0,00%	100,00%	80,00%
Renda Variável	0,00%	70,00%	20,00%
Imóveis	0,00%	8,00%	8,00%
Empréstimo e Financiamentos	0,00%	15,00%	5,00%
Investimentos Estruturados	0,00%	20,00%	5,00%
Investimentos no Exterior	0,00%	10,00%	5,00%
Derivativos: Sim			
Observação: O PGA não possui alocação de recursos no segmento de Empréstimo e Financiamentos.			
<b>CONTROLE DE RISCOS</b>			
Risco de Mercado   Risco de Liquidez   Risco de Contraparte   Risco Legal Risco Operacional   Outros			
A Política de Investimentos da BASES está publicada na íntegra no site <a href="http://www.fundacaobaneb.com.br">www.fundacaobaneb.com.br</a> .			

## Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis da BASES foram elaboradas e estão sendo apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores e são apresentados de forma consolidada.

### Balanço Patrimonial Consolidado

ATIVO	Em R\$ MIL		PASSIVO	Em R\$ MIL	
	Exercício			Exercício	
	2011	2010		2011	2010
<b>DISPONÍVEL</b>	<b>87</b>	<b>426</b>	<b>EXIGÍVEL OPERACIONAL</b>	<b>2.439</b>	<b>3.226</b>
<b>REALIZÁVEL</b>	<b>766.366</b>	<b>726.614</b>	Gestão Previdencial	2.439	2.819
Gestão Previdencial	1.372	471	Gestão Administrativa	416	406
Gestão Administrativa	330	326	Investimentos	4	1
Investimentos	764.664	<b>725.817</b>	<b>EXIGÍVEL CONTINGENCIAL</b>	<b>1.976</b>	<b>1.976</b>
Créditos Privados e Depósitos	27.384	33.449	Gestão Previdencial	2.516	1.976
Ações	92	1.863	<b>PATRIMÔNIO SOCIAL</b>	<b>761.719</b>	<b>723.050</b>
Fundos de Investimentos	683.694	648.848	<b>Patrimônio de Cobertura do Plano</b>	<b>748.843</b>	<b>712.525</b>
Investimentos Imobiliários	29.876	29.876	Provisões Matemáticas	641.044	589.698
Empréstimos	12.187	11.781	Benefícios Concedidos	467.441	424.671
<b>PERMANENTE</b>	<b>641</b>	<b>525</b>	Benefícios a Conceder	173.603	165.027
Imobilizado	641	525	Equilíbrio Técnico	107.799	122.827
			Resultados Realizados	107.799	122.827
			Superávit Técnico Acumulado	107.799	122.827
			Fundos	12.876	10.525
			Fundos Previdenciais	173	158
			Fundos Administrativos	12.096	9.819
			Fundos de Investimentos	<b>607</b>	<b>548</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>767.094</b>	<b>728.252</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>767.094</b>	<b>728.252</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

### Demonstração da mutação do Patrimônio Social - Consolidado

DESCRIÇÃO	Exercício Atual		Variação
	2011	2010	%
	Em R\$ MIL		
<b>A) Patrimônio Social - início do exercício</b>	<b>723.050</b>	<b>697.229</b>	<b>3,70</b>
<b>1. Adições</b>	<b>88.103</b>	<b>71.807</b>	<b>22,69</b>
(+) Contribuições Previdenciais	5.421	5.478	(1,04)
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	77.611	62.300	24,58
(+) Receitas Administrativas	3.900	3.277	19,01
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa	1.112	752	47,87
(+) Constituição de Fundo de Investimentos	59	0	0,00
<b>2. Destinações</b>	<b>(49.434)</b>	<b>(45.986)</b>	<b>7,50</b>
(-) Benefícios	(46.058)	(42.113)	9,37
(-) Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(641)	(998)	(35,77)
(-) Despesas Administrativas	(2.735)	(2.848)	(3,97)
(-) Reversão de Fundo de Investimentos	0	(27)	(100,00)
<b>3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)</b>	<b>38.669</b>	<b>25.821</b>	<b>49,76</b>
(+/-) Provisões Matemáticas	51.346	28.955	77,33
(+/-) Superávit/Déficit Técnico do Exercício	(15.028)	(4.301)	(249,41)
(+/-) Fundos Previdenciais	15	13	(15,38)
(+/-) Fundos Administrativos	2.277	1.181	(92,80)
(+/-) Fundos dos Investimentos	59	927)	318,52
<b>B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)</b>	<b>761.719</b>	<b>723.050</b>	<b>5,35</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - Consolidado

Em R\$ MIL

DESCRIÇÃO	Exercício Atual		Variação
	2011	2010	%
<b>A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior</b>	<b>9.819</b>	<b>8.638</b>	<b>13,67</b>
<b>1. Custeio da Gestão Administrativa</b>	<b>5.012</b>	<b>4.029</b>	<b>24,40</b>
<b>1.1. Receitas</b>	5.012	4.029	24,40
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	912	826	10,41
Custeio Administrativo dos Investimentos	2.767	2.227	24,25
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	52	48	8,33
Resultado Positivo dos Investimentos	1.112	752	47,87
Outras Receitas	169	176	(3,98)
<b>2. Despesas Administrativas</b>	<b>2.735</b>	<b>2.848</b>	<b>(3,97)</b>
<b>2.1. Administração Previdencial</b>	<b>1.638</b>	<b>1.803</b>	<b>(9,15)</b>
Pessoal e Encargos	795	889	(10,57)
Treinamento/congressos e seminários	70	37	89,19
Viagens e estadias	45	53	(15,09)
Serviços de terceiros	299	378	(20,90)
Despesas gerais	386	414	(6,76)
Depreciações e amortizações	43	32	34,38
<b>2.2. Administração dos Investimentos</b>	<b>1.097</b>	<b>1.045</b>	<b>4,98</b>
Pessoal e encargos	613	550	11,45
Treinamento/congressos e seminários	43	23	86,96
Viagens e estadias	29	38	(23,68)
Serviços de terceiros	124	150	(17,33)
Despesas gerais	263	268	(1,87)
Depreciações e amortizações	25	16	56,25
<b>4. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2)</b>	<b>2.277</b>	<b>1.181</b>	<b>92,80</b>
<b>5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)</b>	<b>2.277</b>	<b>1.181</b>	<b>92,80</b>
<b>B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)</b>	<b>12.096</b>	<b>9.819</b>	<b>23,19</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Demonstração das Obrigações Atuariais

Em R\$ MIL

DESCRIÇÃO	Exercício		Variação
	2011	2010	%
<b>Patrimônio de Cobertura do Plano (1 + 2)</b>	<b>533.761</b>	<b>508.986</b>	<b>4,87</b>
<b>1. Provisões Matemáticas</b>	<b>449.467</b>	<b>409.840</b>	<b>9,67</b>
<b>1.1. Benefícios Concedidos</b>	<b>416.710</b>	<b>385.609</b>	<b>8,07</b>
Benefício Definido	416.710	385.609	8,07
<b>1.2. Benefício a Conceder</b>	<b>32.757</b>	<b>24.231</b>	<b>35,19</b>
Benefício Definido	32.757	24.231	35,19
<b>2. Equilíbrio Técnico</b>	<b>84.294</b>	<b>99.146</b>	<b>(14,98)</b>
<b>2.1. Resultados Realizados</b>	<b>84.294</b>	<b>99.146</b>	<b>(14,98)</b>
Superávit Técnico Acumulado	84.294	99.146	(14,98)
Reserva de Contingência	84.294	99.146	(14,98)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Em R\$ MIL

DESCRIÇÃO	Exercício		Variação
	2011	2010	%
<b>Patrimônio de Cobertura do Plano (1 + 2)</b>	<b>215.082</b>	<b>203.539</b>	<b>5,67</b>
<b>1. Provisões Matemáticas</b>	<b>191.577</b>	<b>179.858</b>	<b>6,52</b>
<b>1.1. Benefícios Concedidos</b>	<b>50.731</b>	<b>39.062</b>	<b>29,87</b>
Benefício Definido	50.731	39.062	29,87
<b>1.2. Benefício a Conceder</b>	<b>140.846</b>	<b>140.796</b>	<b>0,04</b>
<b>1.2.1 Contribuição Definida</b>	<b>101.926</b>	<b>100.500</b>	<b>1,42</b>
Saldo de Contas - Parcela Patrocinadores	14.881	14.320	3,92
Saldo de Contas - Parcela Participantes	87.045	86.180	1,00
<b>1.2.2 Benefício Definido</b>	<b>38.920</b>	<b>40.296</b>	<b>(3,41)</b>
<b>2. Equilíbrio Técnico</b>	<b>23.505</b>	<b>23.681</b>	<b>(0,74)</b>
<b>2.1. Resultados Realizados</b>	<b>23.505</b>	<b>23.681</b>	<b>(0,74)</b>
Superávit Técnico Acumulado	23.505	23.681	(0,74)
Reserva de Contingência	23.505	23.681	(0,74)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Demonstração do Ativo Líquido - Plano Básico

R\$ mil			
Descrição	Exercício 2011	Exercício 2010	Variação (%)
		<b>Reclassificado</b>	
<b>1. Ativos</b>	<b>540.726</b>	<b>514.966</b>	<b>5,00</b>
Disponível	55	217	(74,65)
Recebível	5.264	4.472	17,71
Investimento	535.407	510.277	4,92
Créditos Privados e Depósitos	26.911	17.312	55,45
Ações	92	1.337	(93,12)
Fundos de Investimento	460.083	455.071	1,10
Investimentos Imobiliários	41.307	29.876	38,26
Empréstimos	7.014	6.681	4,98
<b>2. Obrigações</b>	<b>2.474</b>	<b>2.332</b>	<b>6,09</b>
Operacional	388	759	(48,88)
Contingencial	2.086	1.573	32,61
<b>3. Fundos não Previdenciais</b>	<b>4.491</b>	<b>3.648</b>	<b>23,11</b>
Fundos Administrativos	4.374	3.549	23,25
Fundos dos Investimentos	117	99	18,18
<b>5. Ativo Líquido (1-2-3)</b>	<b>533.761</b>	<b>508.986</b>	<b>4,87</b>
Provisões Matemáticas	449.467	409.840	9,67
Superávit/Déficit Técnico	84.294	99.146	(14,98)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Demonstração do Ativo Líquido - Plano Misto

R\$ mil			
Descrição	Exercício 2011	Exercício 2010	Variação (%)
<b>1. Ativos</b>	<b>225.952</b>	<b>212.880</b>	<b>6,14</b>
Disponível	10	157	(93,63)
Recebível	8.203	6.506	26,08
Investimento	217.739	206.217	5,59
Créditos Privados e Depósitos	0	6.813	(100,00)
Ações	0	526	(100,00)
Fundos de Investimento	212.566	193.778	9,70
Empréstimos	5.173	5.100	1,43
<b>2. Obrigações</b>	<b>2.485</b>	<b>2.464</b>	<b>0,85</b>
Operacional	2.055	2.061	(0,29)
Contingencial	430	403	6,70
<b>3. Fundos não Previdenciais</b>	<b>8.212</b>	<b>6.719</b>	<b>22,22</b>
Fundos Administrativos	7.722	6.270	23,16
Fundos de Investimentos	490	449	9,13
<b>5. Ativos Líquidos (1-2-3)</b>	<b>215.255</b>	<b>203.697</b>	<b>5,67</b>
Provisões Matemáticas	191.577	179.858	6,52
Superávit/Déficit Técnico	23.505	23.681	(0,74)
Fundos Previdenciais	173	158	9,49

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - Plano Básico

				R\$ mil
Descri�o		Exercício 2011	Exercício 2010	Variacão (%)
	<b>A) Ativo Líquido - início do exercício</b>	<b>508.986</b>	<b>495.996</b>	<b>2,62</b>
	<b>1. Adi�es</b>	<b>61.510</b>	<b>47.546</b>	<b>29,37</b>
(+)	Contribui�es	3.185	3.020	5,46
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	58.325	44.526	30,99
	<b>2. Destina�es</b>	<b>(36.735)</b>	<b>(34.556)</b>	<b>6,31</b>
(-)	Benefícios	(35.680)	(33.585)	6,24
(-)	Constitui�o de Conting�ncias - Gestão Previdencial	(614)	(595)	3,19
(-)	Custeio Administrativo	(441)	(376)	17,29
	<b>3. Acr�scimo/Decr�scimo no Ativo Líquido (1+2)</b>	<b>24.775</b>	<b>12.990</b>	<b>90,72</b>
(+/-)	Provisões Matemáticas	39.627	22.346	77,33
(+/-)	Superávit/Déficit Técnico do Exercício	(14.852)	(9.356)	58,74
	<b>B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)</b>	<b>533.761</b>	<b>508.986</b>	<b>4,87</b>
	<b>C) Fundos não previdenciais</b>	<b>4.491</b>	<b>3.648</b>	<b>23,11</b>
(+/-)	Fundos Administrativos	4.374	3.549	23,25
(+/-)	Fundos dos Investimentos	117	99	18,18

As notas explicativas da administra o s o parte integrante das demonstra es contábeis.

## Demonstrac o da Muta o do Ativo Líquido - Plano Misto

				R\$ mil
Descri�o		Exercício Atual 2011	Exercício Atual 2010	Variac�o (%)
	<b>A) Ativo Líquido - in�cio do exercício</b>	<b>203.697</b>	<b>192.020</b>	<b>6,08</b>
	<b>1. Adi�es</b>	<b>22.433</b>	<b>21.057</b>	<b>6,53</b>
(+)	Contribui�es	3.147	3.284	(4,17)
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	19.286	17.773	8,51
	<b>2. Destina�es</b>	<b>(10.875)</b>	<b>(9.380)</b>	<b>15,94</b>
(-)	Benefícios	(10.378)	(8.527)	21,71
(-)	Constitui�o de Conting�ncias - Gestão Previdencial	(27)	(403)	(93,30)
(-)	Custeio Administrativo	(470)	(450)	4,44
	<b>3. Acr�scimo/Decr�scimo no Ativo Líquido (1+2)</b>	<b>11.558</b>	<b>11.677</b>	<b>(1,02)</b>
(+/-)	Provisões Matemáticas	11.719	6.609	77,32
(+/-)	Fundos Previdenciais	15	13	15,38
(+/-)	Superávit/Déficit Técnico do Exercício	(176)	5.055	(103,48)
	<b>B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)</b>	<b>215.255</b>	<b>203.697</b>	<b>5,67</b>
	<b>C) Fundos não previdenciais</b>	<b>8.212</b>	<b>6.720</b>	<b>22,20</b>
(+/-)	Fundos Administrativos	7.722	6.271	23,14
(+/-)	Fundos dos Investimentos	490	449	9,13

As notas explicativas da administra o são parte integrante das demonstra es contábeis.

## Demonstração Atuarial do Plano Básico

### I - INFORMAÇÕES CADASTRAIS:

CNPB: 19.860.002-65

CPF do atuário: 405.910.507-49

CNPJ da empresa de atuária: 30.020.036/0001-06

### II - INFORMAÇÕES SOBRE A AVALIAÇÃO ATUARIAL:

Motivo da Avaliação: Avaliação Atuarial Anual de encerramento do exercício de 2011

Data do Cadastro: 31/10/2011

Data da Avaliação: 31/12/2011

Observações: Base outubro de 2011, com a provisão de reajuste, para colocar a preços de dezembro de 2011. Plano em extinção desde 01/07/1998.

### III - DEMONSTRATIVO DA AVALIAÇÃO ATUARIAL:

Grupo de Custeio:

Patrocinadores e Instituidores: BANE B CORRETORA DE SEG. S/A: 14.510.304/0001-18

FUNDAÇÃO BANE B DE SEGURIDADE SOCIAL: 14.855.753/0001-93 (\*1)

BANCO ALVORADA S/A: 33.870.163/0001-84 (\*2)

(\*1) Por força do parágrafo 2º do artigo 5º do estatuto vigente antes da edição da lei complementar nº109/2001.

(\*2) Sem Convênio de Adesão - Garantidor da obrigação constante no item 8.3.i do edital de privatização do Baneb = Doador.

Participantes Ativos: 155(135 Ativos + 10Icfebianos + 10Autopatrocina dos).

Folha de Salário de Participação\*1:  $13 \times R\$ 579.583,53 = R\$ 7.534.585,89$

\*1: Corresponde à Folha de Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos, a preços de 31/12/2011.

#### a) Seção das hipóteses atuariais:

##### a.1) Hipótese: Taxa Real Anual de Juros

Valor: 5% ao ano

Quantidade esperada no exercício seguinte: -

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: -

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: Não aplicável.

**Opinião do Atuário:** A taxa real de juros já foi ajustada para 5% ao ano, levando em consideração a tendência de redução da taxa real de retornos dos investimentos no Brasil. Em nosso posicionamento sobre essa hipótese, alertamos ser indispensável que os consultores financeiros da BASES, partindo do fluxo de receitas e de despesas desse Plano, venham a verificar a viabilidade de se obter rentabilidade real líquida de 5% ao ano, ao longo dos anos futuros, levando em consideração os títulos já existentes em carteira e, naturalmente, as aplicações e as reaplicações dos recursos que entrarão no caixa desse Plano de Benefício Definido, fechado desde 01/07/1998 a novas adesões de participantes.

**Justificativa EFPC:** A rentabilidade real líquida acumulada, nos últimos 5 anos, mesmo incluindo o ano de 2008 em que se registrou forte perda na rentabilidade, esteve, em média, acima da meta atuarial de 5% ao ano de taxa de juros real, tomando como indexador o INPC do IBGE defasado de 1 (um) mês, o que indica uma expectativa de que essa meta atuarial de 5% ao ano possa ser alcançada ao longo dos anos remanescentes de existência desse Plano. O que pode ser analisado através de estudos econômicos/financeiros.

##### a.2) Hipótese: Projeção de Crescimento Real de Salário (Anual)

Valor: 0% ao ano (em média) ao longo dos anos remanescentes de atividade.

Quantidade esperada no exercício seguinte: -

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: -

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: Não aplicável.

**Opinião do Atuário:** Este procedimento foi adotado de acordo com informações apresentadas pelo Patrocinador, considerando que, por se tratar de hipótese econômico-financeira, no que a Patrocinadora entender guardar relação com suas respectivas atividades, deverá apresentar manifestação por escrito sobre a utilização destas hipóteses na avaliação atuarial do ano de 2011, nos termos do subitem 1.1. do Regulamento apresentado no Anexo da Resolução CGPC / MPS Nº18 de 28/03/2006.

Justificativa EFPC: Este procedimento foi adotado de acordo com informações apresentadas pelo Patrocinador.

**a.3) Hipótese:** Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo dos salários

Valor: Não Aplicável, por se estar avaliando com base no Salário Real de Benefício (que corresponde à média, devidamente atualizada, dos últimos Salários Reais de Contribuição).

Quantidade esperada no exercício seguinte: -

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: -

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: Não Aplicável.

Opinião do Atuário: Como na avaliação atuarial se trabalha com o Salário Real de Benefício, que é a média, devidamente atualizada, dos últimos Salários Reais de Contribuição, já está embutido nessa média o Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo dos salários, não sendo necessária a adoção dessa hipótese.

Justificativa EFPC: A colocação feita pelo atuário justifica plenamente não ser necessária a adoção dessa hipótese.

**a.4) Hipótese:** Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo dos Benefícios da Entidade

Valor: 98% (compatível com uma inflação média de 3,6% ao ano, ao longo dos anos futuros).

Quantidade esperada no exercício seguinte: -

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: -

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: Não Aplicável.

**Opinião do Atuário:** O Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo dos Benefícios do Plano tem de se basear na projeção de inflação média ao longo dos anos remanescentes de existência desse Plano (em fase de extinção desde 01/07/1998) e, no longo prazo, se espera que a inflação fique, até mesmo, abaixo do centro da atual meta de inflação de 4,5% ao ano estabelecida pelo Banco Central do Brasil.

**Justificativa EFPC:** O Fator de Capacidade dos benefícios utilizado projeta uma inflação média anual de 3,6%, que se encontra dentro do campo de variação de meta de inflação apresentada pelo Banco Central do Brasil e mais próxima do limite inferior desta variação, o que representa maior segurança na apuração dos compromissos do plano.

**a.5) Hipótese:** Rotatividade (Saída sem direito a benefício)

Valor: Nula.

Quantidade esperada no exercício seguinte: Nenhuma saída (já que se está trabalhando com rotatividade nula).

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 3.

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: Não aplicável por ter sido adotada hipótese de rotatividade nula.

**Opinião do Atuário:** Considerando tratar-se de um Plano fechado desde 01/07/1998, com reduzido quantitativo de empregados participantes e com idade média próxima à idade de entrada em benefício de aposentadoria programada, é de se esperar que os empregados participantes, que venham a perder o vínculo empregatício com a Patrocinadora antes de preencher as condições para entrar em gozo de benefício, optem pelo instituto do autopa-

trocínio ou pelo instituto do benefício proporcional diferido, o que representa uma expectativa de que não deva ocorrer saída sem direito a benefício.

**Justificativa EFPC:** A hipótese adotada atende a declaração da patrocinadora quanto às suas práticas de rotatividade de empregados e é condizente com os testes de aderência realizados pelo Consultor Técnico responsável pelo Plano de Benefícios e que leva em consideração o fato do plano ser fechado a novas adesões.

#### **a.6) Hipótese: Tábua de Mortalidade Geral**

Valor: “qxda AT-2000 (masculina)”.

Quantidade esperada no exercício seguinte: 9,61.

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 3.

**Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido:** A diferença entre a quantidade esperada no exercício seguinte e a ocorrida no exercício encerrado é compatível com o teste de Aderência de Tábua de Mortalidade apresentada pelo JM/3574/2011 de 16/12/2011.

**Opinião do Atuário:** Foi apresentado através do JM/3574/2011 de 16/12/2011 estudo de aderência de tábuas de mortalidade, envolvendo a experiência observada na mortalidade de participantes aposentados sem ser por invalidez e dos pensionistas, entre 31/12/2006 e 31/12/2010, que nos levou à conclusão de que a Tábua de Mortalidade Geral “qx da AT-2000 (masculina)” apresenta aderência à mortalidade dos aposentados sem ser por invalidez e dos pensionistas.

**Justificativa EFPC:** Os testes de aderência realizados pelo Consultor Técnico responsável pelo Plano de Benefícios comprovam a aderência da tábua de mortalidade geral AT-2000 à massa populacional do Plano e a referida tábua atende à exigência estabelecida no item 2 do Anexo à Resolução CGPC nº 18 de 28/03/2006.

#### **a.7) Hipótese: Tábua de Mortalidade de Inválidos**

Valor: “ da AT-83 (masculina)”.

Quantidade esperada no exercício seguinte: 2,83.

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 5.

**Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido:** A diferença entre a quantidade esperada no exercício seguinte e a ocorrida no exercício encerrado é compatível com o teste de Aderência de Tábua de Mortalidade, apresentado pelo JM/3574/2011 de 16/12/2011.

**Opinião do Atuário:** Considerando que a mortalidade de inválidos seja algo mais forte que a dos não inválidos, indicamos a Tábua de Mortalidade de Inválidos “ da AT-83 (masculina)”, por ser uma Tábua de Mortalidade da mesma família da AT-83 (masculina), só que com um nível de mortalidade algo mais elevado.

**Justificativa EFPC:** Os testes de aderência realizados pelo Consultor Técnico responsável pelo Plano de Benefícios comprovam a aderência da tábua de mortalidade de inválidos AT-83 à massa de inválidos do Plano e mantém correlação com o nível de mortalidade geral adotada.

#### **a.8) Hipótese: Tábua de Entrada em Invalidez**

Valor: LIGHT (FORTE) AGRAVADA EM 5%.

Quantidade esperada no exercício seguinte: 2.

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 0.

**Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido:** A diferença entre a quantidade esperada no exercício seguinte e a ocorrida no exercício encerrado foi considerada no teste de Aderência de Tábua de Entrada em Invalidez, apresentado pelo JM/3575/2011 de 16/12/2011.

**Opinião do Atuário:** Foi apresentado através do JM/3575/2011 de 16/12/2011 estudo de aderência de tábuas de entrada em invalidez, que concluem que a Tábua de Entrada em Invalidez LIGHT (FORTE) AGRAVADA EM 5%, pode continuar sendo aceita, após solicitação da BASES pela manutenção da mesma na avaliação atuarial de 31/12/2011, destacando ser necessário o acompanhamento permanente dos novos casos de entrada em benefício de aposentadoria por invalidez para avaliar essa hipótese biométrica.

**Justificativa EFPC:** A Entidade optou pela manutenção da Tábua de Entrada em Invalidez LIGHT (FORTE) AGRAVADA EM 5% por ser esta, uma premissa mais conservadora.

**a.9) Hipótese: Composição de Família de Pensionistas**

**Valor:** Experiência de Composição de Famílias de empresas que atuam no Nordeste do Brasil, com atualização quinquenal.

Quantidade esperada no exercício seguinte: -

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: -

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: Não aplicável.

**Opinião do Atuário:** No que se refere às Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder, a adoção da composição média de família de dependentes beneficiários obtida com base em dados da composição familiar de empregados/ex-empregados de empresas que atuam no Nordeste do Brasil é um procedimento a ser mantido nos anos futuros. Já com relação às Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos, indicamos que seja realizado um recadastramento das famílias de dependentes-beneficiários, começando pelos Benefícios de Pensão já Concedidos, para que se possa avaliar a adoção da família efetiva no lugar da Experiência Regional na avaliação atuarial das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos.

**Justificativa EFPC:** A premissa utilizada é formulada com base em dados de composição de família de empresas, cuja área de atuação é o Nordeste do Brasil, mesma região de origem domiciliar da massa populacional do Plano, e sua aderência ao grupo de participantes e assistidos é comprovada pelos testes realizados pelo Consultor Técnico responsável pelo Plano de Benefícios.

**a.10) Hipótese: Indexador do Plano**

**Valor:** INPC do IBGE (aplicado com 1 mês de defasagem).

Quantidade esperada no exercício seguinte: -

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: -

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: Não aplicável.

**Opinião do Atuário:** O indexador em questão se baseia na projeção de que a política de reajuste dos benefícios da Previdência Social tomará por base a inflação dada pelo INPC do IBGE aplicado com 1 mês de defasagem.

**Justificativa EFPC:** Concordamos com as colocações apresentadas na Opinião do Atuário.

**b) Seção dos Benefícios:**

b.1) Benefício: Aposentadoria sem ser por invalidez

Quantidade de benefícios concedidos: 601

Valor médio do benefício: R\$ 3.264,48

Idade média dos assistidos: 67 anos

b.2) Benefício: Aposentadoria por Invalidez

Quantidade de benefícios concedidos: 348

Valor médio do benefício: R\$ 1.355,46

Idade média dos assistidos: 58 anos

b.3) Benefício: Pensão

Quantidade de benefícios concedidos: 185

Valor médio do benefício: R\$ 1.923,94

Idade média dos assistidos: 61 anos

NOTA: Estatísticas obtidas a partir do cadastro fornecido pela BASES.

**PMBC**

**CD**

Saldo de Conta dos Assistidos:-

**BD**

VABF Programados – Assistidos: R\$ 291.531.587,00  
VABF Não Programados – Assistidos: R\$ 125.178.623,00

## **PMBaC**

CD

Saldo de Contas -parcela Patrocinador ou Instituidor: -

Saldo de Contas - parcela Participantes: -

### **BD Capitalização Programado:**

VABF: R\$ 24.663.624,00

VACF Patrocinadores: R\$ (495.220,00)

VACF Participantes: R\$ (272.596,00)

### **BD Capitalização Não Programado:**

VABF: R\$ 9.044.967,00

VACF Patrocinadores: R\$ (118.388,00)

VACF Participantes: R\$ (65.160,00)

### **Custo do Ano**

% Custo Normal (\*) × (13 × Folha de Salário de Participação de Participantes Não Assistidos a preços de 31/12/2011)

$13,94\% \times (13 \times R\$ 579.583,53) = R\$ 1.050.321,27$

### **c)Seção das provisões matemáticas a constituir e contratos:**

Déficit Equacionado

Patrocinador:

Valor: -

Prazo: -

Participantes ativos:

Valor: -

Prazo: -

Assistidos:

Valor: -

Prazo: -

Serviço Passado

Patrocinador:

Valor: -

Prazo: -

Participantes ativos:

Valor: -

Prazo: -

Assistidos:

Valor: -

Prazo: -

Outras Finalidades:

Patrocinador:

Valor: -

Prazo: -

Participantes ativos:

Valor: -  
Prazo: -

Assistidos:  
Valor: -  
Prazo: -

NOTA: Não há contratos para serem preenchidos neste campo, conforme informado pela BASES.

d) Seção do Patrimônio de Cobertura do Plano:  
**Patrimônio de Cobertura do Plano: R\$ 533.760.879,92(\*1)**  
Insuficiência de Cobertura do Plano:

(\*1) Patrimônio de Cobertura do Plano informado pela BASES.

**e) Seção dos fundos previdenciais atuariais:**

Finalidade:

Fonte de Custeio:

Recursos Recebidos no Exercício:

Recursos Utilizados no Exercício:

Saldo:

**f) Subseção dos fundos previdenciais de destinação e utilização de reserva especial para revisão de plano:**

Patrocinador: -  
Participantes Ativos: -  
Assistidos: -

Resultado positivo do exercício: R\$ -  
Resultado negativo do exercício: R\$ 14.852.176,29(\*1)  
Déficit Técnico: R\$ -  
Reserva de Contingência: R\$ 84.293.442,92 (\*1)  
Reserva Especial para Revisão de Plano: R\$ -

(\*1) Valores obtidos a partir dos valores dos Patrimônios de Cobertura do Plano de 31/12/2010 e de 31/12/2011 informados pela BASES.

**IV - PLANO DE CUSTEIO:**

**1) Contribuições Previdenciais Normais do Patrocinador (a preços de 31/12/2011):**

% Contribuição do Patrocinador × (13 × Folha de Salário dos Participantes Ativos do Plano)

8,988% × (13 × R\$ 579.583,53) = R\$ 677.208,58

**2) Contribuições Previdenciais Extraordinárias do Patrocinador - Equacionamento de Déficit (a preços de 31/12/2011): -**

**3) Contribuições Previdenciais Extraordinárias do Patrocinador – Serviço Passado (a preços de 31/12/2011): -**

**4) Contribuições Previdenciais Extraordinárias do Patrocinador – Outras Finalidades (a preços de 31/12/2011): -**

**5) Contribuições Previdenciais Normais dos Participantes Ativos(a preços de 31/12/2011, incluindo as Contribuições Previdenciais Normais dos Participantes Assistidos):**

% médio de Contribuição Normal do Participante Ativo × (13 × Folha de Salário dos Participantes Ativos) + % médio de Contribuição Normal do Participante Assistido × (13 × Folha de Benefício dos Participantes Assistidos)

$4,952\% \times (13 \times R\$ 579.583,53) + 8\% \times (13 \times R\$ 2.433.653,29) = R\$ 373.112,69 + R\$ 2.530.999,42 = R\$ 2.904.112,11.$

**6) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Participantes Ativos- Equacionamento de Déficit (a preços de 31/12/2011): -**

**7) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Participantes Ativos- Serviço Passado (a preços de 31/12/2011): -**

**8) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Participantes Ativos- Outras Finalidades (a preços de 31/12/2011): -**

**9) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Assistidos - Equacionamento do Déficit (a preços de 31/12/2011): -**

**10) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Assistidos - Serviço Passado (a preços de 31/12/2011): -**

**11) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Assistidos - Outras Finalidades (a preços de 31/12/2011): -**

**12) Utilização de fundo de reversão de saldo por exigência regulamentar: -**

**13) Utilização de fundo de destinação de Reserva Especial - Patrocinador: -**

**14) Utilização de fundo de destinação de Reserva Especial - Participantes: -**

**15) Utilização de fundo de destinação de Reserva Especial - Assistidos: -**

**16) Início de vigência do plano de custeio: 1º de abril de 2012.**

## Demonstração Atuarial do Plano Misto

### I - INFORMAÇÕES CADASTRAIS:

CNPB: 19.980.037-11

CPF do atuário: 405.910.507-49

CNPJ da empresa de atuária: 30.020.036/0001-06

### II - INFORMAÇÕES SOBRE A AVALIAÇÃO ATUARIAL:

Motivo da Avaliação: Avaliação Atuarial Anual de encerramento do exercício de 2011

Data do Cadastro: 31/10/2011

Data da Avaliação: 31/12/2011

Observações: Base outubro de 2011, com a provisão de reajuste, para colocar a preços de dezembro de 2011.

### III - DEMONSTRATIVO DA AVALIAÇÃO ATUARIAL:

## Grupo de Custeio:

Patrocinadores e Instituidores:

BANEB CORRETORA DE SEG. S/A: 14.510.304/0001-18

FUNDAÇÃO BANEB DE SEGURIDADE SOCIAL: 14.855.753/0001-93 (\*1)

BANCO ALVORADA S/A: 33.870.163/0001-84 (\*2)

(\*1) Por força do parágrafo 2º do artigo 5º do estatuto vigente antes da edição da lei complementar nº109/2001.

(\*2) Sem Convênio de Adesão - Garantidor da obrigação constante no item 8.3.i do edital de privatização do BANEB = Doador.

Participantes Ativos: 775(741 Ativos + 34 Autopatrocínados).

Folha de Salário de Participação\*1:  $13 \times R\$ 3.190.781,44 = R\$ 41.480.158,72$

\*1: Corresponde à Folha de Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos, a preços de 31/12/2011.

### a) Seção das hipóteses atuariais:

#### a.1) Hipótese: Taxa Real Anual de Juros

Valor: 5% ao ano

Quantidade esperada no exercício seguinte: -

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: -

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: Não aplicável.

**Opinião do Atuário:** A taxa real de juros já foi ajustada para 5% ao ano, levando em consideração a tendência de redução da taxa real de retornos dos investimentos no Brasil. Em nosso posicionamento sobre essa hipótese, alertamos ser indispensável que os consultores financeiros da BASES, partindo do fluxo de receitas e de despesas desse Plano, venham a verificar a viabilidade de se obter rentabilidade real líquida de 5% ao ano, ao longo dos anos futuros, levando em consideração os títulos já existentes em carteira e, naturalmente, as aplicações e as reaplicações dos recursos que entrarão no caixa desse Plano Misto de Benefício.

**Justificativa EFPC:** A rentabilidade real líquida acumulada, nos últimos 5 anos, mesmo incluindo o ano de 2008 em que se registrou forte perda na rentabilidade, esteve, em média, acima da meta atuarial de 5% ao ano de taxa de juros real, tomando como indexador o INPC do IBGE defasado de 1 (um) mês, o que indica uma expectativa de que essa meta atuarial de 5% ao ano possa ser alcançada ao longo dos anos remanescentes de existência desse Plano. O que pode ser analisado através de estudos econômicos/financeiros.

#### a.2) Hipótese: Projeção de Crescimento Real de Salário (Anual)

Valor: Não aplicável.

Quantidade esperada no exercício seguinte: -

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: -

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: Não aplicável.

**Opinião do Atuário:** Não aplicável.

**Justificativa EFPC:** Não aplicável.

#### a.3) Hipótese: Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo dos salários

Valor: Não Aplicável.

Quantidade esperada no exercício seguinte: -

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: -

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: Não Aplicável.

**Opinião do Atuário:** Não Aplicável.

**Justificativa EFPC:** Não Aplicável.

#### a.4) Hipótese: Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo dos Benefícios da

## **Entidade**

Valor: 98% (compatível com uma inflação média de 3,6% ao ano, ao longo dos anos futuros).

Quantidade esperada no exercício seguinte: -

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: -

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: Não Aplicável.

**Opinião do Atuário:** O Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo dos Benefícios do Plano tem de se basear na projeção de inflação média ao longo dos anos de existência desse Plano e, no longo prazo, se espera que a inflação fique, até mesmo, abaixo do centro da atual meta de inflação de 4,5% ao ano estabelecida pelo Banco Central do Brasil.

**Justificativa EFPC:** O Fator de Capacidade dos benefícios utilizado projeta uma inflação média anual de 3,6%, que se encontra dentro do campo de variação de meta de inflação apresentada pelo Banco Central do Brasil e mais próxima do limite inferior desta variação, o que representa maior segurança na apuração dos compromissos do plano.

### **a.5) Hipótese: Rotatividade (Saída sem direito a benefício)**

Valor: Não Aplicável.

Quantidade esperada no exercício seguinte: -

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: -

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: Não Aplicável.

**Opinião do Atuário:** Não Aplicável.

**Justificativa EFPC:** Não Aplicável.

### **a.6) Hipótese: Tábua de Mortalidade Geral**

Valor: “qxda AT-2000 (masculina)”.

Quantidade esperada no exercício seguinte: -

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: -

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: Não aplicável, considerando a estruturação do Plano, conforme apresentado na opinião do atuário.

**Opinião do Atuário:** Foi apresentado através do JM/3574/2011 de 16/12/2011 estudo de aderência de tábuas de mortalidade, envolvendo a experiência observada na mortalidade de participantes aposentados sem ser por invalidez e dos pensionistas, entre 31/12/2006 e 31/12/2010, que nos levou à conclusão de que a Tábua de Mortalidade Geral “qx da AT-2000 (masculina)” apresenta aderência à mortalidade dos aposentados sem ser por invalidez e dos pensionistas. A Tábua de Mortalidade Geral adotada no Plano Misto de Benefícios da BASES não afeta a determinação do valor atual das Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder estruturadas nas modalidades de Contribuição Definida Pura e Contribuição Variável, sendo utilizada para fins de cálculo dos benefícios estruturados na modalidade de Benefícios Definidos.

**Justificativa EFPC:** Os testes de aderência realizados pelo Consultor Técnico responsável pelo Plano de Benefícios comprovam a aderência da tábua de mortalidade geral AT-2000 à massa populacional do Plano e a referida tábua atende à exigência estabelecida no item 2 do Anexo à Resolução CGPC nº 18 de 28/03/2006.

### **a.7) Hipótese: Tábua de Mortalidade de Inválidos**

Valor: “ da AT-83 (masculina)”.

Quantidade esperada no exercício seguinte: 3,38.

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 1.

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: A diferença entre a quantidade esperada no exercício seguinte e a ocorrida no exercício encerrado é compatível com o teste de Aderência de Tábua de Mortalidade, apresentado pelo JM/3574/2011 de 16/12/2011.

**Opinião do Atuário:** Considerando que a mortalidade de inválidos seja algo mais forte que a dos não inválidos, indicamos a Tábua de Mortalidade de Inválidos “ da AT-83 (masculina)”, por ser uma Tábua de Mortalidade da mesma família da AT-83 (masculina), só que com um nível de mortalidade algo mais elevado.

**Justificativa EFPC:** Os testes de aderência realizados pelo Consultor Técnico responsável pelo Plano de Benefícios comprovam a aderência da tábua de moralidade de inválidos AT-83 à massa de inválidos do Plano e mantém correlação com o nível de mortalidade geral adotada.

#### **a.8) Hipótese: Tábua de Entrada em Invalidez**

Valor: LIGHT (FORTE)

Quantidade esperada no exercício seguinte: 8,61.

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 8.

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: A diferença entre a quantidade esperada no exercício seguinte e a ocorrida no exercício encerrado foi considerada no teste de Aderência de Tábua de Entrada em Invalidez, apresentado pelo JM/3575/2011 de 16/12/2011.

**Opinião do Atuário:** Foi apresentado através do JM/3575/2011 de 16/12/2011 estudo de aderência de tábuas de entrada em invalidez, que concluem que a Tábua de Entrada em Invalidez LIGHT (FORTE), pode continuar sendo aceita, após solicitação da BASES pela manutenção da mesma na avaliação atuarial de 31/12/2011, destacando ser necessário o acompanhamento permanente dos novos casos de entrada em benefício de aposentadoria por invalidez para avaliar essa hipótese biométrica.

**Justificativa EFPC:** A Entidade optou pela manutenção da Tábua de Entrada em Invalidez LIGHT (FORTE) por ser esta, uma premissa mais conservadora.

#### **a.9) Hipótese: Composição de Família de Pensionistas**

Valor: Experiência de Composição de Famílias de empresas que atuam no Nordeste do Brasil, com atualização quinquenal.

Quantidade esperada no exercício seguinte: -

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: -

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: Não aplicável.

**Opinião do Atuário:** No que se refere aos Benefícios a Conceder estruturados na modalidade de Benefício Definido, a adoção da composição média de família de dependentes beneficiários obtida com base em dados da composição familiar de empregados/ex-empregados de empresas que atuam no Nordeste do Brasil é um procedimento a ser mantido nos anos futuros. Já com relação Benefícios Concedidos, estruturados na modalidade de Benefícios Definidos, indicamos que seja realizado um recadastramento das famílias de dependentes-beneficiários, começando pelos Benefícios de Pensão já Concedidos, para que se possa avaliar a adoção da família efetiva no lugar da Experiência Regional na avaliação atuarial das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos.

**Justificativa EFPC:** A premissa utilizada é formulada com base em dados de composição de família de empresas, cuja área de atuação é o Nordeste do Brasil, mesma região de origem domiciliar da massa populacional do Plano, e sua aderência ao grupo de participantes e assistidos é comprovada pelos testes realizados pelo Consultor Técnico responsável pelo Plano de Benefícios.

#### **a.10) Hipótese: Indexador do Plano**

Valor: IGP-M da FGV (aplicado com 1 mês de defasagem).

Quantidade esperada no exercício seguinte: -

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: -

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: Não aplicável.

**Opinião do Atuário:** O indexador do Plano é o que está estabelecido em Regulamento para reajustar os benefícios de prestação continuada, correspondendo a um nível oficial de inflação, calculado pelo IGP-M, que expressa a perda do poder aquisitivo dos trabalhadores.

**Justificativa EFPC:** Em conformidade com o Regulamento de Benefícios do Plano, o IGP-M da FGV é o Indexador estabelecido para recompor o valor dos benefícios de prestação continuada.

## **b) Seção dos Benefícios:**

### **b.1) Benefício: Aposentadoria sem ser por invalidez**

Quantidade de benefícios concedidos: 35

Valor médio do benefício: R\$ 1.662,33

Idade média dos assistidos: 61 anos

### **b.2) Benefício: Aposentadoria por Invalidez**

Quantidade de benefícios concedidos: 150

Valor médio do benefício: R\$ 1.236,55

Idade média dos assistidos: 55 anos

### **b.3) Benefício: Pensão**

Quantidade de benefícios concedidos: 13

Valor médio do benefício: R\$ 1.505,05

Idade média dos assistidos: 50 anos

NOTA: Estatísticas obtidas a partir do cadastro fornecido pela BASES.

#### **PMBC**

##### **CD**

**Saldo de Conta dos Assistidos: -**

##### **BD**

VABF Programados – Assistidos: R\$ 10.286.745,00

VABF Não Programados – Assistidos: R\$ 40.444.142,00

#### **PMBaC**

##### **CD (\*1)**

Saldo de Contas - parcela Patrocinador ou Instituidor: R\$ 14.880.664,27

Saldo de Contas - parcela Participantes: R\$ 87.045.219,80

(\*1) Como se trata de Benefício que, ao ser concedido se converte em Benefício Definido, há necessidade de que esse saldo seja base de cálculo do limite máximo de 25% das Provisões Matemáticas estabelecido para Reserva de Contingência, em caso de sua existência, e, neste contexto, deverá ser analisada, ao longo de 2012, a reclassificação desses saldos de contas como sendo BD e não CD.

#### **BD Capitalização Programado:**

VABF: R\$ 32.991.024,00

VACF Patrocinadores: R\$ -

VACF Participantes: R\$ -

#### **BD Capitalização Não Programado:**

VABF: R\$ 6.959.158,93

VACF Patrocinadores: R\$ (1.030.138,00)

VACF Participantes: R\$ -

#### **Custo do Ano**

% Custo Normal  $\times$  (13  $\times$  Folha de Salário de Participação de Participantes Não Assistidos a preços de 31/12/2011)

$$7,009\% \times (13 \times R\$ 3.190.781,44) = R\$ 2.907.759,13$$

## **c) Seção das provisões matemáticas a constituir e contratos:**

Déficit Equacionado

Patrocinador:

Valor: -

Prazo: -

Participantes ativos:

Valor: -  
Prazo: -

Assistidos:  
Valor: -  
Prazo: -  
Serviço Passado

Patrocinador:  
Valor: -  
Prazo: -

Participantes ativos:  
Valor: -  
Prazo: -

Assistidos:  
Valor: -  
Prazo: -

Outras Finalidades:

Patrocinador:  
Valor: -  
Prazo: -

Participantes ativos:  
Valor: -  
Prazo: -

Assistidos:  
Valor: -  
Prazo: -

**d) Seção do Patrimônio de Cobertura do Plano:**

Patrimônio de Cobertura do Plano: R\$ 215.081.741,21(\*1)  
Insuficiência de Cobertura do Plano:  
(\*1) Patrimônio de Cobertura do Plano informado pela BASES.

**e) Seção dos fundos previdenciais atuariais:**

Finalidade:

Fonte de Custeio:

Recursos Recebidosno Exercício:

Recursos Utilizadosno Exercício:

Saldo:

**f) Subseção dos fundos previdenciais de destinação e utilização de reserva especial para revisão de plano:**

Patrocinador: -  
Participantes Ativos: -  
Assistidos: -

Resultado positivo do exercício: R\$ -  
Resultado negativo do exercício: R\$ 175.941,10(\*1)

Déficit Técnico: R\$ -

Reserva de Contingência: R\$ 23.504.925,21(\*1)

Reserva Especial para Revisão de Plano: R\$ -

(\*1)Valores obtidos a partir dos valores dos Patrimônios de Cobertura do Plano de 31/12/2010 e de 31/12/2011 informados pela BASES.

#### IV -PLANO DE CUSTEIO:

##### **1) Contribuições Previdenciais Normais do Patrocinador (a preços de 31/12/2011):**

% Contribuição do Patrocinador × (13 × Folha de Salário dos Participantes Ativosdo Plano)  
3,400% × (13 × R\$ 3.190.781,44) = R\$ 1.410.325,40

##### **2) Contribuições Previdenciais Extraordinárias do Patrocinador - Equacionamento de Déficit (a preços de 31/12/2011): -**

##### **3) Contribuições Previdenciais Extraordinárias do Patrocinador – Serviço Passado (a preços de 31/12/2011): -**

##### **4) Contribuições Previdenciais Extraordinárias do Patrocinador – Outras Finalidades (a preços de 31/12/2011): -**

##### **5) Contribuições Previdenciais Normais dos Participantes Ativos(a preços de 31/12/2011):**

% médio de Contribuição Normal do Participante Ativo× (13 × Folha de Salário dos Participantes Ativos)  
3,609% × (13 × R\$ 1.410.325,40) = R\$ 661.865,71

##### **6) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Participantes Ativos- Equacionamento de Déficit (a preços de 31/12/2011): -**

##### **7) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Participantes Ativos- Serviço Passado (a preços de 31/12/2011): -**

##### **8) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Participantes Ativos- Outras Finalidades (a preços de 31/12/2011): -**

##### **9) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Assistidos - Equacionamento do Déficit (a preços de 31/12/2011): -**

##### **10) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Assistidos - Serviço Passado (a preços de 31/12/2011): -**

##### **11) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Assistidos - Outras Finalidades (a preços de 31/12/2011): -**

##### **12) Utilização de fundo de reversão de saldo por exigência regulamentar: -**

##### **13) Utilização de fundo de destinação de Reserva Especial - Patrocinador: -**

##### **14) Utilização de fundo de destinação de Reserva Especial - Participantes: -**

##### **15) Utilização de fundo de destinação de Reserva Especial - Assistidos: -**

##### **16) Início de vigência do plano de custeio: 1º de abril de 2012.**

# Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

## NOTAS Explicativas

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A FUNDAÇÃO BANEDE DE SEGURIDADE SOCIAL – BASES, é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, sem fins lucrativos, regida pela Lei Complementar nº 109, de 29/05/2001, autorizada a funcionar através da Portaria nº 3.762, de 20 de maio de 1986, do Ministério da Previdência e Assistência Social, e tem por finalidade principal suplementar os benefícios da Previdência Oficial, aos empregados, ex-empregados, e respectivos beneficiários, do extinto Banco do Estado da Bahia S/A – BANEDE, e da BASES, enquanto Patrocinadores dos Planos de Benefícios da Entidade.

A BASES obedece às normas expedidas pelo Ministério da Previdência Social, com regulamentação através do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, e supervisão e fiscalização por meio da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, criados pela Lei nº 12.154/09, em substituição, respectivamente, ao Conselho de Gestão da Previdência Complementar CGPC (antigo órgão regulador) e à Secretaria de Previdência Complementar – SPC (antigo órgão fiscalizador).

A Lei nº 12.154/09 criou ainda a Secretaria de Política de Previdência Complementar -SPPC, com a competência de propor políticas e diretrizes para o setor de previdência complementar.

A BASES é uma Entidade sem fins lucrativos, singular e multipatrocinada, que aplica no país a totalidade de seus recursos e mantém a escrituração de suas receitas e despesas em livros formais capazes de assegurar sua exatidão.

Constituem-se membros da BASES, atuando como Patrocinadores desta e dos planos de benefícios previdenciários, a BANEDE Corretora de Seguros S/A e a Fundação BANEDE de Seguridade Social – BASES, de acordo com os respectivos Convênios de Adesão; figurando, ainda, como membro da Entidade, o Banco Alvorada S/A, sucessor por cisão do extinto BANEDE – que teve seu convênio de adesão cancelado, nos termos do artigo 11 do Estatuto e 13 do Regulamento Básico da BASES vigentes à época da privatização -, atuando como Patrocinador desta, não existindo, em relação aos planos de benefícios, os Convênios de Adesão de que trata o art. 13 da Lei Complementar 109/2001.

### 2. PLANOS PREVIDENCIAIS E ADMINISTRATIVOS

A BASES, registrada junto à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC sob o número 00121, administra os seguintes planos de benefícios previdenciários:

a) Plano Básico: plano de benefício definido, inscrito sob o nº 19.860.002-65 no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC. O referido Plano encontra-se fechado para novas adesões desde 01.07.1998, conforme disposto no art. 60 do então vigente Regulamento do Plano Misto, que foi aprovado pela SPC através do ofício 464 SPC/CGOF/COJ, de 26.06.1998. O Plano Básico continua a funcionar normalmente, apenas não são aceitas novas inscrições de participantes e patrocinadoras.

b) Plano Misto: plano de contribuição definida na acumulação da reserva e de benefício definido na concessão do benefício vitalício, inscrito sob o nº 19.980.037-11 no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

Em 31 de dezembro de 2011, a BASES possui um total de 2.254 participantes (2.294 em 2010), assim distribuídos entre os seus planos de benefícios:

Descrição	Plano Básico		Plano Misto		Total Consolidado	
	Quantidade		Quantidade		Quantidade	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Ativos	144	150	697	736	841	886
Autopatrocina- dos	9	12	33	33	42	45
Assistidos	1.132	1.130	239	233	1.371	1.363
<b>Total</b>	<b>1.285</b>	<b>1.292</b>	<b>969</b>	<b>1.002</b>	<b>2.254</b>	<b>2.294</b>

Os recursos dos planos são representados pelas contribuições dos Patrocinadores, Participantes Ativos, Assistidos e Autopatrocina- dos, bem como pelos rendimentos financeiros resultantes das aplicações desses recursos em investimentos, que devem obedecer ao disposto na Resolução CMN nº 3.792 de 24 de setembro de 2009, estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional.

O Plano da Gestão Administrativa da BASES foi constituído com base no Anexo C – Item 27 da Resolução CGPC nº 28 de 26 de janeiro de 2009, tendo seu Regulamento sido aprovado pelo Conselho Deliberativo da BASES por meio da ata nº 225, de 21 de dezembro de 2009.

### 3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da BASES foram elaboradas e estão sendo apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC ITG 2001 – Entidade Fechada de Previdência Complementar, e as práticas contábeis brasileiras.

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta a segregação dos registros contábeis em Gestão Previdencial, Gestão Administrativa e Investimentos. A escrituração contábil da BASES atende à segregação das transações por plano de benefícios, inclusive no que tange ao plano de gestão administrativa, permitindo a identificação patrimonial e de resultados de forma separada, embora as demonstrações contábeis estejam apresentadas de forma consolidada.

#### Demonstrações Contábeis

São apresentados de forma consolidada, em conformidade com os princípios de consolidação emanados da legislação societária brasileira e em atendimento a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011 e a NBC TE 11 – Entidade Fechada de Previdência Complementar, o balanço patrimonial, a demonstração da mutação do patrimônio social e a demonstração do plano de gestão administrativa relativas aos seguintes planos: Plano Básico, Plano Misto e ao Plano de Gestão Administrativa – PGA.

São apresentadas de forma segregada por planos, as demonstrações do ativo líquido, as demonstrações da mutação do ativo líquido, e as demonstrações das obrigações atuariais; elaboradas em conformidade com a legislação vigente.

#### Reclassificação

A Instrução Previc nº 05, de 08 de Setembro de 2011 determinou que os valores constantes nas rubricas de depósitos judiciais, classificadas no passivo, fossem transferidos para as rubricas no ativo (realizável). A BASES seguiu as determinações emanadas da PREVIC.

### 4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS, ITENS AVALIADOS E CRITÉRIOS ADOTADOS

#### a) Registro das Adições, Deduções, Receitas, Despesas, Rendas (Variações Positivas) e Deduções (Variações Negativas)

As adições e deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa, as Rendas (Variações Positivas) e Deduções (Variações Negativas) do Fluxo de Investimento são escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios, com exceção das contribuições referentes aos autopatrocinados, que são registradas pelo regime de caixa.

## **b) Gestão dos recursos administrativos**

### **b.1) Gestão segregada dos recursos administrativos**

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, os registros das operações administrativas da BASES são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa - PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais.

### **b.2) Custeio administrativo**

O custeio administrativo é o valor repassado à BASES, para cobrir as despesas decorrentes da administração dos planos, correspondente a percentual incidente sobre as contribuições dos Participantes e Patrocinadores e sobre o resultado positivo dos investimentos.

### **b.3) Despesas administrativas**

As despesas são classificadas como gestão previdencial e/ou de investimentos, de acordo com a natureza da operação, cabendo ainda a classificação como específica, para despesas exclusivamente de um plano de benefícios, ou comum, para despesas atribuídas ao conjunto de planos.

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, os registros das despesas administrativas da BASES são efetuados de forma consolidada através do Plano de Gestão Administrativa - PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais.

A formação do fundo administrativo é em função das receitas, deduzidas das despesas, acrescidas ou deduzidas do fluxo de investimentos do PGA.

## **c) Estimativas Atuariais e Contábeis**

As estimativas atuariais e contábeis foram baseadas em fatores objetivos e refletem a posição em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, com base no julgamento da Administração, periodicamente revisados, dos valores adequados a serem registrados nas demonstrações contábeis. Os itens significativos sujeitos às referidas estimativas incluem as contingências cujas probabilidades de êxito foram informadas pelos advogados que patrocinam as ações, além das provisões de férias, dentre outras.

## **d) Realizável**

**Gestão Previdencial:** O realizável previdencial é apurado em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos direitos da BASES relativos às contribuições das patrocinadoras, participantes e autopatrocinados.

**Gestão Administrativa:** O realizável administrativo é apurado em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos valores a receber decorrentes de operações de natureza administrativa.

**Investimentos:** Conforme estabelecido pela Resolução CGPC nº. 04, de 30 de janeiro de 2002, alterada pela Resolução CGPC nº. 08, de 19 de junho de 2002, as entidades fechadas de previdência complementar devem proceder à avaliação e classificação contábil dos títulos e valores mobiliários integrantes do portfólio do programa de investimentos - realizável segundo as duas categorias a saber:

- Títulos para negociação - títulos com propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição, até o vencimento do título, os quais são avaliados pelo seu valor de mercado, e seus efeitos são reconhecidos em conta específica no resultado do exercício.
- Títulos mantidos até o vencimento - títulos com vencimentos superiores a doze meses

da data de aquisição e que a Entidade tenha interesse e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo ainda considerados, pela entidade, com base em classificação efetuada por agência classificadora de risco em funcionamento no País, como de baixo risco de crédito. Os títulos são avaliados pelas respectivas taxas oficiais, ajustados pelo valor de perdas permanentes, quando aplicável.

Os investimentos compreendem ainda os seguintes itens:

- **Renda Fixa:** As quotas de fundos de investimento são registradas pelo seu valor de realização, com base no valor da quota disponível no último dia útil precedente ao encerramento do balanço patrimonial. Os acréscimos ou decréscimos são levados diretamente ao resultado.

As aplicações de renda fixa estão apresentadas ao valor de custo, incluído, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos em base “pro rata” dia até a data de encerramento do balanço e deduzidos, quando aplicável, das provisões para perdas.

- **Ações:** Estão classificadas como renda variável as ações registradas pelo custo de aquisição, acrescido das despesas diretas de corretagem e outras taxas, avaliadas pelo valor de mercado considerando-se a cotação de fechamento do mercado do último dia do mês em que a ação tenha sido negociada na Bolsa de Valores.

Os dividendos e as bonificações em dinheiro são contabilizados como receita a partir da publicação da decisão da assembleia geral dos acionistas.

- **Investimentos Imobiliários:** Registrados ao custo de aquisição e reavaliação, deduzidos de depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear adotando-se as taxas em função da vida útil identificada no laudo de avaliação. Conforme contratos firmados, os investimentos imobiliários geram receitas de aluguéis, que são registrados em conformidade com o regime de competência.

- **Empréstimos:** Registra os empréstimos concedidos aos participantes e está acrescido dos rendimentos financeiros pactuados, auferidos até a data do balanço. Os encargos são apropriados às contas de resultado pelo regime de competência.

A provisão para perdas prováveis na realização dos ativos de empréstimo aos participantes é constituída com base no valor vencido, conforme o número de dias de atraso, atendendo ao disposto na Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009.

#### e) Provisão para direitos creditórios de liquidação duvidosa

Constituída considerando a análise de risco de crédito na realização das operações, bem como na análise das operações vencidas e disposições do CNPC, julgadas suficientes para a cobertura de eventuais perdas.

#### f) Ativo Permanente

Representa os bens móveis e imóveis necessários ao funcionamento da Entidade que estão registrados ao custo de aquisição, acrescido de reavaliação, quando for o caso, deduzido de depreciação calculada pelo método linear, estabelecida em função do tempo de vida útil dos bens.

A depreciação é calculada de acordo com as taxas apresentadas a seguir:

Descrição	Taxa Anual
Móveis e utensílios	10%
Máquinas e equipamentos	10%
Computadores e periféricos	20%
Ventiladores – refrigeradores de ar	25%
Sistema de segurança	10%
Softwares	20%
Edificações	02%

### **g) Exigível operacional**

Demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os correspondentes encargos incorridos.

### **h) Exigível contingencial**

Representados por provisões para contingências que foram constituídas em montantes suficientes para fazer face a eventuais perdas, baseada na opinião dos consultores jurídicos da Entidade.

### **i) Patrimônio Social**

#### **i.1) Patrimônio de Cobertura do Plano**

##### **- Provisões Matemáticas**

As provisões matemáticas são determinadas em bases atuariais, sob a responsabilidade de consultores atuariais externos, contratados pela Entidade e são constituídas para fazer face aos compromissos relativos aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes ou seus beneficiários, na forma prevista no Regulamento dos Planos de Benefícios da Entidade.

##### **Benefícios concedidos**

A provisão de benefícios concedidos representa o valor atual dos benefícios do plano com os compromissos futuros da Entidade para com os participantes assistidos.

##### **Benefícios a conceder**

A provisão de benefícios a conceder representa a diferença entre o valor atual das obrigações futuras da Entidade e o valor atual de contribuições que ainda serão vertidas para garantir o pagamento de benefícios de prestação continuada.

##### **- Equilíbrio Técnico**

O resultado do exercício é incorporado à reserva de contingência, até o limite de 25% das provisões matemáticas, sendo o excedente alocado à reserva para revisão do plano.

#### **i.2) Fundos**

##### **- Gestão previdencial**

Determinado em bases atuariais, sob a responsabilidade dos consultores atuariais externos, para fazer face a eventuais oscilações das provisões matemáticas oriundas de contingências previdenciais ou obrigações decorrentes da destinação do superávit.

##### **- Gestão administrativa**

Representado pelo resultado acumulado da gestão administrativa.

##### **- Investimento**

Constituído com recursos de cobertura de risco de empréstimos a participantes e autopatrocinados.

## **5. GESTÃO PREVIDENCIAL**

É composto pelos seguintes grupos de contas, cujos saldos são apresentados a seguir:

Plano Básico	2011	2010
Recursos a receber		Reclassificado
Participantes ativos	30	7
Custeio administrativo antecipado	9	45
Depósitos Judiciais/Recursais	852	871
<b>Total Plano Básico</b>	<b>891</b>	<b>923</b>
Plano Misto	2011	2010
Recursos a receber		Reclassificado
Participantes ativos	178	195
Custeio administrativo antecipado	9	8
Depósitos Judiciais/Recursais	294	32
<b>Total Plano Misto</b>	<b>481</b>	<b>235</b>
<b>Total Realizável da Gestão Previdencial</b>	<b>1.372</b>	<b>1.158</b>

A BASES reclassificou o saldo dos depósitos judiciais relativos a 31 de dezembro de 2010 para garantia do efeito comparativo com os saldos de 2011, em conformidade com a Instrução MPS/PREVIC nº 05, de 08 de setembro de 2011. Adicionalmente, a partir de setembro de 2011, em conformidade com essa mesma Instrução Normativa, os depósitos judiciais passaram a ser apresentados no Realizável.

## 6. GESTÃO ADMINISTRATIVA

Representa o registro dos recursos a serem transferidos dos planos para o PGA relativos ao custeio administrativo, bem como recursos a recuperar de terceiros e depósito recursal administrativo.

## 7. INVESTIMENTOS

Os ativos dos Planos de Benefícios da Entidade e do PGA, são aplicados de acordo com a Política de Investimentos aprovada pelo Conselho Deliberativo, em conformidade com a Resolução CMN nº 3792, de 24.09.2009, e estão assim distribuídos:

PLANO BÁSICO		Em R\$ MIL	
		ANO	
SEGMENTO	2011	2010	
Certificados Privados e Depósitos	26.911	17.312	
Ações	92	1.337	
Fundos de Investimentos	460.083	455.071	
Investimentos Imobiliários	41.307	29.876	
Empréstimos	7.014	6.681	
<b>TOTAL DO PLANO BÁSICO</b>	<b>535.407</b>	<b>510.277</b>	
PLANO MISTO		Em R\$ MIL	
		ANO	
SEGMENTO	2011	2010	
Certificados Privados e Depósitos	-	6.813	
Ações	-	526	
Fundos de Investimentos	212.566	193.778	
Empréstimos	5.173	5.100	
<b>TOTAL DO PLANO MISTO</b>	<b>217.739</b>	<b>206.217</b>	
PGA		Em R\$ MIL	
		ANO	
SEGMENTO	2011	2010	
Certificados Privados e Depósitos	473	9.323	
Fundos de Investimentos	11.045	-	
<b>TOTAL DO PGA</b>	<b>11.518</b>	<b>9.323</b>	
<b>TOTAL DE INVESTIMENTOS</b>	<b>764.664</b>	<b>725.817</b>	

Administração e custódia dos investimentos – A carteira de investimentos da BASES é administrada pelo Banco Bradesco S.A., empresa contratualmente responsável pelos trabalhos de Administração Fiduciária, Custódia e Controladoria dos Ativos da Entidade. Os títulos encontram-se custodiados na Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos Privados - CETIP e no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC.

Conforme decisão da Diretoria Executiva em consonância com a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, mantém-se provisionado, pelo valor total, desde junho/2003, as debêntures não conversíveis, com vencimento em 01 de março de 2000, tendo em vista que a Feniciapar não vem efetuando os pagamentos das amortizações.

Todas as aplicações financeiras são classificadas como títulos para negociação, sendo indeterminado o prazo para resgate dessas aplicações. Conforme determinado pela Resolução MPAS / CGPC nº 4 de 2002, apresentamos no quadro a seguir os montantes, natureza e faixas de vencimento, bem como os valores de custo e mercado dos investimentos.

#### a) Créditos Privados, Depósitos e Fundos de Investimentos

Títulos para negociação	Custo		Vencimento		2011	2010
	Total	Até 01 ano	De 01 a 05 anos	A partir de 05 anos	Total	Total
<b>Plano Básico</b>						
Ações	9	8	-	-	8	
Fundos - RF	1.499	1.499	-	-	1.499	
Fundos - RV	32.354	32.354	-	-	32.354	
CDB	3.908	4.750	-	-	4.750	
CDB-Pos Sub	20.123	-	33.080	-	33.080	
CDB-C Sub	10.665	-	14.749	-	14.749	
Debêntures	23.423	-	23.655	666	24.321	
LF-Pos	14.244	14.484	2.126	-	16.610	
LF-Sub	13.800	-	-	14.246	14.246	
LFT	210.560	-	241.819	8.889	250.708	
LTN	23.086	21.434	4.214	-	25.648	
NTN-B	13.321	-	14.105	-	14.105	
NTN-C	1.030	-	-	1.297	1.297	
LTN-O	26.706	26.708	-	-	26.708	
CDB Caixa	25.691	26.911	-	-	26.911	
<b>Total do plano</b>	<b>420.419</b>	<b>128.148</b>	<b>333.748</b>	<b>25.098</b>	<b>486.994</b>	

#### b) Ações

	2011	2010
<b>Plano Básico</b>		
. Ações no mercado à vista	92	1.337
<b>Total do plano básico</b>	<b>92</b>	<b>1.337</b>
<b>Plano Misto</b>		
. Ações no mercado à vista	-	526
<b>Total do plano misto</b>	<b>-</b>	<b>526</b>
<b>Total de Investimentos</b>	<b>92</b>	<b>1.863</b>

#### c) Investimentos imobiliários

Os Investimentos Imobiliários são apresentados pelos custos de aquisições, ajustados ao valor de mercado por reavaliação periódica, deduzido do montante as depreciações acumuladas pelo método linear, às taxas determinadas em função da vida útil remanescente dos bens.

De acordo com a legislação vigente, em julho/2011, foram procedidas as reavaliações dos imóveis pertencentes à Carteira de Investimentos do Plano Básico e o imóvel de Uso Próprio pertencente ao PGA, elaboradas pela empresa Consult – Soluções Patrimoniais. O registro contábil da reavaliação foi realizado em setembro de 2011. Demonstramos no quadro a seguir os efeitos da reavaliação:

Imóveis	Valor contábil antes da reavaliação	Valor da reavaliação	Resultado
<b>Plano Básico</b>			
Locados a patrocinadores	14.641	19.603	4.962
Locados a terceiros	7.694	12.939	5.245
Rendas de participações	7.122	9.034	1.912
<b>Total do plano</b>	<b>29.457</b>	<b>41.576</b>	<b>12.119</b>

#### 8. PERMANENTE (PGA)

	2011	2010
<b>Bens Móveis</b>		
Móveis e Utensílios	-	11
Máquinas e Equipamentos	13	16
Equipamentos de Informática	45	50
Ventiladores e Refrigeradores Ar	11	19
Software	20	28
Sistema de Segurança	5	6
<b>Total bens móveis</b>	<b>94</b>	<b>130</b>
<b>Bens Imóveis</b>		
Imóvel de Uso Próprio	547	395
<b>Total bens imóveis</b>	<b>547</b>	<b>395</b>

De acordo com a legislação vigente, em julho de 2011, foi procedida a reavaliação do imóvel de uso próprio alocado no PGA, conforme quadro a seguir:

Imóveis	Valor contábil antes da reavaliação	Valor da reavaliação	Resultado da reavaliação	Vida útil remanescente
Imóvel de uso próprio	388	555	167	30 anos
<b>Total</b>	<b>388</b>	<b>555</b>	<b>167</b>	

#### 9. EXIGÍVEL OPERACIONAL – GESTÃO PREVIDENCIAL (PLANOS PREVIDENCIAIS)

Estão contabilizadas neste grupo contábil, as obrigações iminentes dos planos, conforme apresentados a seguir:

<b>Plano Básico</b>	2011	2010
Benefícios a pagar	179	481
Retenções a recolher	-	81
Outras exigibilidades	206	197
<b>Total Plano Básico</b>	<b>385</b>	<b>759</b>
<b>Plano Misto</b>		
Benefícios a pagar	1.919	1.928
Retenções a recolher	15	17
Outras exigibilidades	120	115
<b>Total Plano Misto</b>	<b>2.054</b>	<b>2.060</b>
	<b>2.439</b>	<b>2.819</b>

#### 10. EXIGÍVEL OPERACIONAL – GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA)

É composto pelos seguintes grupos de contas, cujos saldos são apresentados a seguir:

	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Despesas de pessoal	383	285
Retenções a recolher	21	38
Fornecedor	-	2
Outros	12	81
<b>Total Exigível Operacional Gestão Administrativa</b>	<b>416</b>	<b>406</b>

## 11. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL – GESTÃO PREVIDENCIAL (PLANOS PREVIDENCIAIS)

Possui a seguinte composição em 31 de dezembro de 2011 e 2010:

<b>Plano Básico</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
		<b>Reclassificado</b>
<b>Provisão</b>		
. Aposentadoria por tempo de contribuição (a)	1.177	984
. Benefícios previdenciários (b)	905	561
. Outros	4	28
<b>Total Plano Básico</b>	<b>2.086</b>	<b>1.573</b>
 <b>Plano Misto</b>		
<b>Provisão</b>		
. Benefícios previdenciários (b)	430	403
<b>Total Plano Misto</b>	<b>430</b>	<b>403</b>
 <b>Total Exigível Contingencial da Gestão Previdencial</b>	<b>2.516</b>	<b>1.976</b>

A BASES constitui seu exigível contingencial fundamentada na opinião dos seus assessores jurídicos, sendo apurados e contabilizados os montantes a pagar relativos às demandas judiciais passivas, cuja previsão de desfecho seja apresentada como de “provável” perda da Entidade. Para as demandas classificadas como de “possível” ou “remota” perda, é efetuado acompanhamento do andamento processual e são divulgadas informações, quando relevantes.

### (a) Aposentadoria por tempo de contribuição

Valor correspondente aos processos impetrados por participantes pleiteando obtenção do benefício de gozo ou suplementação de aposentadoria, sendo que quatro processos concentram cerca de 98% do total do saldo provisionado.

### (b) Provisões benefícios previdenciários:

Montante relativo às ações ajuizadas por participantes assistidos pleiteando suplementação da aposentadoria por motivos diversos, restituição de valores históricos descontados expurgos inflacionários. Nestes casos, a BASES efetuou as provisões obedecendo aos critérios pertinentes.

## 12. PATRIMÔNIO SOCIAL (PLANO PREVIDENCIAL)

### 12.1 Patrimônio de Cobertura do Plano

As provisões matemáticas do plano de benefícios são determinadas e constituídas para fazer face aos compromissos relativos aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes ou seus beneficiários, conforme descrito na nota explicativa nº 04, item “i”. A reserva de contingência é acumulada até atingir o limite de 25% (vinte e cinco por cento) dos valores das provisões matemáticas, conforme legislação vigente.

O patrimônio de cobertura dos planos apresenta a seguinte composição:

	<b>2011</b>	<b>2010</b>
<b>Plano Básico</b>		
<b>Provisões Matemáticas</b>		
. Benefícios concedidos	416.710	385.609
. Benefícios a conceder	32.757	24.231
<b>Total Provisões Matemáticas</b>	<b>449.467</b>	<b>409.840</b>
<b>Superávit Técnico Acumulado</b>		
. Reserva de Contingência	84.294	99.146
	<b>84.294</b>	<b>99.146</b>
<b>Fundos</b>		
. Fundos de Investimentos	117	99
	<b>117</b>	<b>99</b>
<b>Total do plano básico</b>	<b>533.878</b>	<b>509.085</b>

	<b>2011</b>	<b>2010</b>
<b>Plano Misto</b>		
<b>Provisões Matemáticas</b>		
. Benefícios concedidos	50.731	39.062
. Benefícios a conceder		
Contribuição Definida		
Saldo de contas – Parcela Patrocinador	14.881	14.320
Saldo de contas – Parcela Participantes	87.045	86.180
Benefício Definido	38.920	40.296
<b>Total Provisões Matemáticas</b>	<b>191.577</b>	<b>179.858</b>
<b>Superávit Técnico Acumulado</b>		
. Reserva de Contingência	23.505	23.681
	<b>23.505</b>	<b>23.681</b>
<b>Fundos</b>		
. Fundos Previdenciais	173	158
. Fundos de Investimentos	490	449
	<b>663</b>	<b>607</b>
<b>Total do plano misto</b>	<b>215.745</b>	<b>204.146</b>
<b>Plano de Gestão Administrativa</b>		
<b>Fundos</b>		
. Fundos Administrativos	12.096	9.819
<b>Total do plano de gestão administrativa</b>	<b>12.096</b>	<b>9.819</b>
<b>Total do patrimônio social</b>	<b>761.719</b>	<b>723.050</b>

Abaixo descrevemos as hipóteses utilizadas na avaliação de 2011 e 2010:

<b>Plano Básico</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Tábua de mortalidade	AT-2000	AT-2000
Tábua de entrada em invalidez	Light Forte agravada 5%	Light Forte agravada 5%
Taxa de juros anual	5%	5%
Nível de inflação anual	INPC	INPC
Crescimento salarial	Nulo	Nulo
<b>Plano Misto</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Tábua de mortalidade	AT-2000	AT-2000
Tábua de entrada em invalidez	Light Forte	Light Forte
Taxa de juros anual	5%	5%
Nível de inflação anual	IGPM	IGPM
Crescimento salarial	Não aplicável	Não aplicável

A Administração entende que as premissas e hipóteses atuariais são adequadas e estão consistentes com os anos anteriores.

O Fundo de Sobras de Contribuição Patronal (fundos previdenciais), constituído no Plano Misto, refere-se às contribuições dos Patrocinadores que não puderam ser resgatadas pelos participantes que se desligaram dos seus respectivos planos previdenciais.

Os Fundos de Investimento (quitação de empréstimos) são constituídos com a sobretaxa de 0,45% sobre as operações de empréstimos aos participantes, para dar cobertura a eventuais riscos de contratos de mútuos, conforme decisão do Conselho Deliberativo.

O Fundo Administrativo é constituído com as sobras entre o Custeio Administrativo adicionado ao rendimento dos recursos administrativos deduzidas as despesas administrativas.

### 13. COBERTURA DE SEGURO

É política da BASES manter cobertura de seguros para os investimentos imobiliários e bens do permanente por montantes considerados suficientes para fazer face aos riscos envolvidos.

### 14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros da BASES encontram-se registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 por valores compatíveis com os praticados pelo mercado nessas datas. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de políticas de controles e de estratégias operacionais de avaliação de riscos, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente de taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

Os valores de mercado dos ativos financeiros não divergem significativamente dos seus valores contábeis, na extensão de que foram pactuados e registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazos similares.

### 15. OUTRAS INFORMAÇÕES

#### Investimentos

Os investimentos consolidados da BASES atingiram, em dezembro/2011, o montante de aproximadamente R\$ 753.461. A carteira da Entidade é composta preponderantemente de investimentos no segmento de renda fixa. Nesse mesmo período o portfólio estava distribuído da seguinte forma: 92,85% no segmento de renda fixa; 0,01% no segmento de renda variável; 5,48% no segmento Imobiliário; e 1,66% no segmento de empréstimos a participantes.

## **Rentabilidade**

A rentabilidade do Plano de Contribuição Definida da BASES, Plano Misto I, no ano de 2011, foi de 9,25%, contra uma necessidade atuarial (IGPM+5% a.a.) de 10,36% no mesmo período, performando, assim, abaixo da meta atuarial no ano em 1,01%. Esse desempenho foi influenciado pela exposição em cotas de renda variável dos fundos de investimentos, que fazem parte da carteira de renda fixa da BASES.

A rentabilidade do Plano de Benefício Definido da BASES, Plano Básico, nesse mesmo período, foi de 11,68%, contra uma necessidade atuarial (INPC+5% a.a.) de 11,38% no mesmo período, performando acima da meta no ano em 0,27%. Este desempenho foi influenciado pela reavaliação da carteira de imóveis.

Houve um ajustamento na Reserva Matemática de Benefício Concedido do Plano Básico para adequá-la a norma específica do regulamento do plano.

A BASES sempre procurou maximizar sua rentabilidade, utilizando todos os instrumentos possíveis oferecidos pelo mercado, para a boa condução dos seus negócios, mantendo sempre o seu perfil conservador e buscando a preservação dos recursos garantidores das reservas técnicas dos respectivos planos de benefícios.

## **Transferência do gerenciamento dos planos previdenciais**

Em junho de 1999, ocorreu leilão para privatização do Banco do Estado da Bahia – BANEB, tendo sido o mesmo adquirido pelo Banco Bradesco. A partir do ano de 2000, o principal patrocinador da BASES passou a manifestar a intenção de retirada do patrocínio tendo sido impetrado processo administrativo com tal intenção.

Em 07 de julho de 2006, foi publicada a Portaria SPC/DETEC/CGAT nº 481, datada de 06 de julho de 2006, determinando a transferência de gerenciamento dos Planos de Benefícios da BASES para o Multipensions Bradesco, solicitada por este em 16 de novembro de 2005. Essa Portaria veio a ser anulada posteriormente por cerceamento de defesa; reabrindo o processo para manifestação da BASES.

Após as manifestações da BASES, contrárias a transferência de gerenciamento, foram editadas novas Portarias pela SPC – Secretaria de Previdência Complementar, de nºs 1.383 e 1.384, datadas de 07 de agosto de 2007, autorizando, novamente, a transferência de gerenciamento.

A BASES interpôs dois Recursos Administrativos. O primeiro foi negado provimento. O segundo, dirigido ao órgão recursal denominado CGPC, que veio a ser extinto sem ter concluído o julgamento desse Recurso. Assim, houve o encaminhamento do Recurso ao Ministro da Previdência Social, que se manifestou pelo não cabimento do Recurso, alegando esgotamento da via administrativa.

Discordando com o teor dessas Portarias, a BASES ajuizou Ação Cautelar, obtendo liminar, posteriormente confirmada por sentença, que suspendeu os efeitos das Portarias 1.383 e 1.384 até julgamento definitivo da Ação Anulatória também ajuizada pela BASES.

Ednaldo Moitinho Alves  
Presidente

Erenaldo de Sousa Brito  
Diretor Adm. Financeiro

Luiz Cassimiro Lopes de Araujo  
Contador CRC/BA-11236/O-0

## Parecer Atuarial do Plano Básico

### 1. CUSTOS PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE EM RELAÇÃO AO ANTERIOR

1) A aplicação da metodologia de cálculo atuarial estabelecida para os participantes do Plano de Benefícios Definidos da BASES, utilizando as hipóteses atuariais apresentadas nestas Demonstrações Atuariais (D.A.) e o cadastro de participantes fornecido pela BASES, resultou no custo total de 13,94% da Folha do Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos (excluída a contribuição normal de 8% dos participantes aposentados destinada a participar do custeio normal dos benefícios).

2) O custo total reavaliado de 13,94% da Folha dos Salários de Participação dos Participantes Não Assistidos será custeado, no exercício de 2012, pelas contribuições, dentro dos parâmetros definidos no Regulamento do Plano de Benefícios Definidos da BASES, que mantém as alíquotas vigentes tanto para os participantes quanto para o Patrocinador.

3) A Contribuição Normal Vigente, atuarialmente determinada, de 13,94% da folha do Salário Real de Contribuição corresponde exatamente ao Custo Normal atuarialmente verificado ao final de 2011, de 13,94% da folha do Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos. Tal fato significa que a Contribuição Normal que vem sendo praticada guarda conformidade com o Custo Normal reavaliado no encerramento do exercício de 2011.

### 2. VARIAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS NO EXERCÍCIO ENCERRADO EM RELAÇÃO AO EXERCÍCIO ANTERIOR

As variações do Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) deste Plano do final do ano de 2010 para o final do ano 2011, considerando a evolução das suas principais grandezas, é a seguinte (em R\$):

Referência	(valores em R\$)	31/12/2011	31/12/2010	Variação
Provisão de Benefícios Concedidos		416.710.210,00	385.609.092,00	8,06%
Provisão de Benefícios a Conceder		32.757.227,00	24.231.314,00	35,19%
Provisão Matemática a Constituir		-	-	-
Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial)		449.467.437,00	409.840.406,00	9,67%

### 3. PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS E, SE FOR O CASO, MEDIDAS PARA SUA MITIGAÇÃO

1) A situação financeiro-atuarial do Plano de Benefício Definido (Plano Básico) da BASES, avaliado pelo regime/método de financiamento atuarial Agregado (que é o mesmo regime/método adotado na avaliação atuarial do ano anterior), em razão do fechamento do Plano, em 01/07/1998, a novas adesões de participantes, bem como com as mesmas hipóteses atuariais adotadas na avaliação atuarial do exercício anterior, considerando que estão sendo mantidas no exercício de 2012 as contribuições normais vigentes (e, nesse contexto, não está sendo utilizada qualquer parcela do resultado acumulado no exercício anterior e contabilizado como reserva de contingência para reduzir contribuições vigentes, na forma estabelecida na Instrução Normativa Nº 28/2008 de 30/12/2008 – D.O.U. de 31/12/2008) apresentou um Superávit Técnico Acumulado de R\$ 84.293.442,92, equivalente a 15,79% do Patrimônio de Cobertura do Plano, então existente, de R\$ 533.760.879,92.

2) A rentabilidade nominal líquida obtida ao longo de 2011 pelo Patrimônio de Cobertura do Plano foi de 12,26% contra uma meta atuarial de rentabilidade líquida de 11,52%, o que, em termos reais, representou obter uma rentabilidade líquida de 5,70% contra uma meta atuarial de 5% ao ano, tomando como indexador o INPC do IBGE (aplicado com 1 mês de defasagem) e adotando-se o método da Taxa Interna de Retorno (TIR), a partir dos fluxos mensais de receitas e despesas informados pela BASES, na obtenção das referidas rentabilidades.

3) Foram utilizadas as seguintes hipóteses atuariais:

- i) Tábua de Mortalidade Geral: qx da AT-2000 (masculina).
- ii) Tábua de Mortalidade de Inválidos: da AT-83 (masculina).
- iii) Tábua de Entrada em Invalidez: LIGHT (FORTE) AGRAV. 5%.
- iv) Rotatividade: Nula.

v) Taxa real de juros/desconto: 5% ao ano.

vi) Projeção de Crescimento Real de Salários: Mantida em 0% ao ano.

vii) Fator de determinação do valor real dos salários ao longo do tempo: 100% face a se estar trabalhando com o Salário Real de Benefício, que corresponde à média, devidamente atualizada, dos últimos Salários Reais de Contribuição.

viii) Em relação à composição familiar, continuou sendo adotada a Experiência Regional (experiência de empresas do Nordeste do Brasil) com atualização quinquenal, por solicitação da BASES, estando indicada por nossa Consultoria Atuarial a realização de um recadastramento das famílias de dependentes-beneficiários, começando pelos Benefícios de Pensão já Concedidos, para que se possa avaliar a adoção da família efetiva no lugar da Experiência Regional na avaliação atuarial das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos.

ix) Fator de determinação do valor real dos benefícios da entidade ao longo do tempo: 98% (compatível com uma inflação anual média de 3,6% ao longo dos anos remanescentes de existência desse Plano).

#### 4. QUALIDADE DA BASE CADASTRAL UTILIZADA

Com relação aos valores registrados como Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder, e como Superávit Técnico Acumulado, devidamente registrado como Reserva de Contingência, atestamos que os mesmos foram avaliados por esta Consultoria Atuarial Independente, adotando as hipóteses atuariais apresentadas nesta D.A. e o regime atuarial de financiamento de Capitalização na versão Agregado para o conjunto dos benefícios do Plano, bem como utilizando os dados contábeis e cadastrais que nos foram enviados pela BASES, sendo que os dados cadastrais foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais do exercício anterior, a qual submetemos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2011, refletida nesta D.A..

#### 5. VARIAÇÃO DO RESULTADO SUPERAVITÁRIO OU DEFICITÁRIO NO EXERCÍCIO ENCERRADO, APONTANDO AS CAUSAS MAIS PROVÁVEIS

Superávit Técnico Acumulado do exercício de 2010 evoluído pela meta atuarial para 31/12/2011	R\$ 110.567.194,54 (*1)
Diferença entre o Patrimônio de Cobertura do Plano informado pela BASES para o final do ano de 2011 e o valor do Patrimônio de Cobertura do Plano do ano de 2010 evoluído para o final de 2011 considerando como se a meta atuarial de rentabilidade tivesse sido alcançada	R\$ 3.692.166,36 (*2)
Ajuste na Provisão do Benefício de Pecúlio por Morte	R\$(11.261.493,00) (*3)
Outros Resultados Atuariais Líquidos de origens diversas e pulverizadas	R\$(18.704.424,98)
Superávit Técnico Acumulado Apurado na Reavaliação Atuarial de 31/12/2011	R\$84.293.442,92 (*4)

(\*1):R\$ 110.567.194,54 =  $99.145.619,21 \times 1,1152$ (tomando como indexador o INPC do IBGE (aplicado com 1 mês de defasagem) e adotando-se o método da Taxa Interna de Retorno (TIR), a partir dos fluxos mensais de receitas e despesas informados pela BASES).

(\*2):Iguar a R\$ 533.760.879,92 - R\$ 530.068.713,56 = R\$ 3.692.166,36.

(\*3):Valor referente à adequação da metodologia do cálculo da Provisão do Pecúlio por Morte através do Salário Real de Benefícios no lugar do Valor do Benefício do Participante Assistido.

(\*4):Equivalente a 18,75% do valor total das Provisões Matemáticas obtido na Reavaliação Atuarial do exercício de 2011, que foi de R\$ 449.467.437,00.

#### 6. NATUREZA CONJUNTURAL OU ESTRUTURAL DO RESULTADO ACUMULADO

Considerando que o Superávit Técnico Acumulado apurado em 31/12/2011, nos termos da legislação vigente, por estar abaixo dos 25% (vinte e cinco) do total do Exigível Atuarial, mostra-se registrado como Reserva de Contingência, cujo o objetivo é o de dar cobertura à contingência de vir a ocorrerem desvios desfavoráveis nas hipóteses atuariais ao longo dos anos futuros, à luz da legislação vigente, ele é entendido como sendo conjuntural, não sendo, portanto, passível de distribuição facultativa ou obrigatória.

#### 7. ADEQUAÇÃO DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO APLICADOS NO CASO DO REGIME FINANCEIRO DE CAPITALIZAÇÃO

Considerando tratar-se de um Plano de Benefício Definido fechado a novas adesões de participantes desde 01/07/1998, o regime financeiro de Capitalização na versão Agregado con-

tinuou sendo adotado no financiamento dos Benefícios de Aposentadoria, de Pensão por Morte, Auxílio Reclusão e de Pecúlio por Morte, o que é plenamente adequado ao financiamento do Plano.

## Parecer Atuarial do Plano Misto

### 1. CUSTOS PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE EM RELAÇÃO AO ANTERIOR

1) A aplicação da metodologia de cálculo atuarial estabelecida para os participantes do Plano Misto de Benefícios da BASES, utilizando as hipóteses atuariais apresentadas nestas Demonstrações Atuariais (D.A.) e o cadastro de participantes fornecido pela BASES, resultou no custo total de 7,009% da Folha do Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos.

2) O custo total reavaliado de 7,009% da Folha dos Salários de Participação dos Participantes Não Assistidos será custeado, no exercício de 2012, pelas contribuições, dentro dos parâmetros definidos no Regulamento do Plano de Benefícios Definidos da BASES, que mantém as alíquotas vigentes tanto para os participantes quanto para o Patrocinador.

3) A Contribuição Normal Vigente, atuarialmente determinada, de 13,94% da folha do Salário Real de Contribuição corresponde exatamente ao Custo Normal atuarialmente verificado ao final de 2011, de 13,94% da folha do Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos. Tal fato significa que a Contribuição Normal que vem sendo praticada guarda conformidade com o Custo Normal reavaliado no encerramento do exercício de 2011.

### 2. VARIAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS NO EXERCÍCIO ENCERRADO EM RELAÇÃO AO EXERCÍCIO ANTERIOR

1) As variações do Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) deste Plano do final do ano de 2010 para o final do ano 2011, considerando a evolução das suas principais grandezas, é a seguinte (em R\$):

Referência	(valores em R\$)	31/12/2011	31/12/2010	Variação
Provisão de Benefícios Concedidos		50.730.887,00	39.062.211,00	29,87%
Provisão de Benefícios a Conceder		140.845.929,00	140.795.670,20	0,04%
Provisão Matemática a Constituir		-	-	-
Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial)		191.576.816,00	179.857.881,20	6,52%

**FATO RELEVANTE:** Como o Regulamento de Benefícios deste Plano estabelece os valores dos Fatores de Conversão de Saldos de Contas de Aposentadorias Programadas em Benefício de Aposentadoria Programada, demonstramos, através do JM/2138/2009, a necessidade de ser mantida como Provisão Matemática de Benefícios a Conceder, uma Provisão equivalente a diferença entre os Fatores de Conversão compatíveis com as hipóteses atuariais de mortalidade e de taxa de desconto / juros adotada na avaliação atuarial e os Fatores estabelecidos no referido Regulamento, inclusive em relação às contribuições a serem destinadas ao longo dos anos futuros para compor esses Saldos de Contas.

Tal Provisão, que já esta incluída na Provisão Matemática de Benefícios a Conceder, conforme as hipóteses atuariais consideradas, apresenta em 31/12/2010 o seguinte valor, considerando a taxa real de juros/desconto de 5% ao ano e as Tábuas Biométricas iguais as adotadas na avaliação atuarial refletida neste DRAA (que inclui a Mortalidade Geral AT-2000): R\$ 28.608.545,00.

### 3. PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS E, SE FOR O CASO, MEDIDAS PARA SUA MITIGAÇÃO

1) A situação financeiro-atuarial do Plano Misto de Benefícios Previdenciários (MISTO Nº 001) da BASES, em 31/12/2011, utilizando os mesmos regimes / métodos de financiamento atuarial e as mesmas hipóteses atuariais, em conformidade com o posicionamento apresentado pelos patrocinadores, considerando que estão sendo mantidas no exercício de 2012 as contribuições normais vigentes (e, nesse contexto, não está sendo utilizada qualquer parcela do resultado acumulado no exercício anterior e contabilizado como reserva de contingência para reduzir contribuições vigentes, na forma da Instrução Normativa Nº 28/2008 de 30/12/2008 – D.O.U. de 31/12/2008), apresentou um Superávit Técnico Acumulado de R\$ 23.504.925,21, equivalente a 10,93% do Patrimônio de Cobertura do Plano, então existente, de R\$ 215.081.741,21.

2) A rentabilidade líquida do ano de 2011, medida pela variação do valor da cota da BASES ocorrida de dezembro/2010 a dezembro/2011, informada pela BASES, foi de 9,23%, o que

corresponde ao IGP-M da FGV acumulado de dezembro/2010 a novembro/2011 de 11,25% acrescido de juros reais equivalentes a 3,09% ao ano, ficando abaixo da rentabilidade real líquida de 5% ao ano adotada como expectativa atuarial. O indexador IGP-M da FGV é aplicado com 1 (um) mês de defasagem. A adoção do IGP-M da FGV como indexador atuarial do plano decorre do fato desse índice ser o previsto no Regulamento do Plano Misto para reajuste dos benefícios de prestação continuada desse Plano.

3) Foram utilizadas as seguintes hipóteses atuariais:

i) Tábua de Mortalidade Geral: qx da AT-2000 (masculina).

ii) Tábua de Mortalidade de Inválidos: da AT-83 (masculina).

iii) Tábua de Entrada em Invalidez: LIGHT (FORTE).

iv) Taxa real de juros/desconto: 5% ao ano.

v) Projeção de Crescimento Real de Salários: Mantida em 0% ao ano.

vi) Em relação à composição familiar, continuou sendo adotada a Experiência Regional (experiência de empresas do Nordeste do Brasil) com atualização quinzenal, por solicitação da BASES, estando indicada por nossa Consultoria Atuarial a realização de um recadastramento das famílias de dependentes-beneficiários, começando pelos Benefícios de Pensão já Concedidos, para que se possa avaliar a adoção da família efetiva no lugar da Experiência Regional na avaliação atuarial das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos.

vii) Fator de determinação do valor real dos benefícios da entidade ao longo do tempo: 98% (compatível com uma inflação anual média de 3,6% ao longo dos anos remanescentes de existência desse Plano).

#### 4. QUALIDADE DA BASE CADASTRAL UTILIZADA

Com relação aos valores registrados como Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder, e como Superávit Técnico Acumulado, devidamente registrado como Reserva de Contingência, atestamos que os mesmos foram avaliados por esta Consultoria Atuarial Independente, adotando as hipóteses atuariais e os métodos de financiamento apresentados nesta D.A. e, bem como utilizando os dados contábeis e cadastrais que nos foram enviados pela BASES, sendo que os dados cadastrais foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais do exercício anterior, a qual submetemos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2011, refletida nesta D.A..

#### 5. VARIAÇÃO DO RESULTADO SUPERAVITÁRIO OU DEFICITÁRIO NO EXERCÍCIO ENCERRADO, APONTANDO AS CAUSAS MAIS PROVÁVEIS:

Superávit Técnico Acumulado do exercício de 2010 evoluído pela meta atuarial para 31/12/2011	R\$ 26.344.963,77 (*1)
Outros Resultados Atuariais Líquidos de origens diversas e pulverizadas	R\$ (2.840.038,56)
Superávit Técnico Acumulado Apurado na Reavaliação Atuarial de 31/12/2011	R\$ 23.504.925,21(*2)

(\*1): R\$ 26.344.963,77 = 23.680.866,31 x 1,1125 (tomando como indexador o IGP-M, aplicado com 1 mês de defasagem).

(\*2): Equivalente a 10,93% do valor total das Provisões Matemáticas obtido na Reavaliação Atuarial do exercício de 2011, que foi de R\$ 215.081.741,21.

#### 6. NATUREZA CONJUNTURAL OU ESTRUTURAL DO RESULTADO ACUMULADO

Considerando que o Superávit Técnico Acumulado apurado em 31/12/2011, nos termos da legislação vigente, por estar abaixo dos 25% (vinte e cinco) do total do Exigível Atuarial, mostra-se registrado como Reserva de Contingência, cujo o objetivo é o de dar cobertura à contingência de vir a ocorrerem desvios desfavoráveis nas hipóteses atuariais ao longo dos anos futuros, à luz da legislação vigente, ele é entendido como sendo conjuntural, não sendo, portanto, passível de distribuição facultativa ou obrigatória.

#### 7. ADEQUAÇÃO DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO APLICADOS NO CASO DO REGIME FINANCEIRO DE CAPITALIZAÇÃO

Considerando tratar-se de um Plano com Benefícios estruturados em Contribuição Variável e Benefício Definido, o método atuarial de financiamento de Capitalização na versão de Capitalização Individual é adotado para financiar os Benefícios de Renda Mensal de Aposentadoria por Tempo de Serviço ou Idade e Pecúlio Especial por Invalidez. E, o método atuarial de

financiamento de Capitalização na versão Agregado para os Benefícios de Suplementação de Aposentadoria por Invalidez e Pensão por Morte, o que é plenamente adequado ao financiamento do Plano.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2012

**JOSÉ ROBERTO MONTELLO - ATUÁRIO MIBA 426**

## Relatório dos Auditores Independentes

Aos Diretores, Conselheiros, Patrocinadores e Participantes da  
**FUNDAÇÃO BANEB DE SEGURIDADE SOCIAL - BASES**

Examinamos as demonstrações contábeis da FUNDAÇÃO BANEB DE SEGURIDADE SOCIAL – BASES (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, bem como as demonstrações individuais por plano de benefício do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das obrigações atuariais para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis**

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas e individuais, por plano de benefício, anteriormente referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da FUNDAÇÃO BANEB DE SEGURIDADE SOCIAL – BASES e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2011 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela PREVIC.

Salvador, 22 de março de 2012.

PERFORMANCE

AUDITORIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL SOCIEDADE SIMPLES/CRC-2BA - 00710/O

**JOSÉ RENATO MENDONÇA - DIRETOR RESPONSÁVEL/CRC-1BA 9.709/O-9**

## Parecer do Conselho Fiscal

O CONSELHO FISCAL DA FUNDAÇÃO BANEDE DE SEGURIDADE SOCIAL – BASES, no cumprimento de suas atribuições, contidas nos incisos II e V do art. 52 do estatuto vigente, reuniu-se na sede da Entidade, aos 26 (vinte e seis) dias do mês de março de 2012, para analisar os relatórios e demais documentos pertinentes e emitir parecer sobre Demonstrações Contábeis compostas de: Balanço Patrimonial, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefício, Demonstração do Ativo Líquido por plano de Benefício, Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano de Benefícios, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidada e respectivas Notas Explicativas da ENTIDADE.

Com base no exame desses documentos, complementados por informações e esclarecimentos prestados por membros da Diretoria Executiva da BASES, e considerando ainda o Parecer do Atuar o e o Parecer dos Auditores Independentes, o Conselho Fiscal opina favoravelmente   aprovação das Demonstrações Contábeis da BASES relativos ao exercício de 2011.

Salvador (BA), 26 de març o de 2012.

Dirlene Rios da Silva  
Presidente

Lauzimar Gomes Lima  
Conselheiro

Marlene de Jesus Nascimento  
Conselheira

## Manifestação do Conselho Deliberativo

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO BANEDE DE SEGURIDADE SOCIAL – BASES, no cumprimento de suas atribuições, contidas no inciso V do art. 38 do estatuto vigente, reuniu-se na sede da Entidade, aos 27 (vinte e sete) dias do mês de març o de 2012, para analisar os relatórios e demais documentos pertinentes e emitir parecer sobre Balanço Patrimonial Consolidado, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social Consolidada, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidada, Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefício Previdencial, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefício Previdencial, Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano por Plano de Benefício Previdencial e respectivas Notas Explicativas da ENTIDADE.

Com base no exame desses documentos, complementados por informações e esclarecimentos prestados por membros da Diretoria Executiva da BASES, alicerçado ainda nos Pareceres do Atuar o, dos Auditores Independentes, e do Conselho Fiscal, homologa a aprovação do Relatório Anual e Prestação de Contas, contidos nas Demonstrações Contábeis da BASES relativos ao exercício de 2011.

Salvador (BA), 27 de març o de 2012.

José Aziz Raimundo Filho  
Presidente

## RELATÓRIO ANUAL DE INFORMAÇÕES 2011 - RESUMO

Publicação gratuita e dirigida aos participantes  
e assistidos da Fundação BASES.

JORNALISTA RESPONSÁVEL  
Eliana Gentili (MTBA - n.º 2694)



## **Fundação Baneb de Seguridade Social - BASES**

Rua da Grécia, n.º 8, Ed. Serra da Raiz, 9º andar,

Comércio CEP.: 40.010-010 Salvador - BA

Site: [www.fundacaobaneb.com.br](http://www.fundacaobaneb.com.br)

Twitter: [@fundacaobaneb](https://twitter.com/fundacaobaneb)

e-mails: [bases@fundacaobaneb.com.br](mailto:bases@fundacaobaneb.com.br)

[comunicacao@fundacaobaneb.com.br](mailto:comunicacao@fundacaobaneb.com.br)